P.PORTO

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M

MESTRADO GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES
GESTÃO PÚBLICA

Gestão e Evasão Escolar: Impactos Financeiros no Instituto Federal de Mato Grosso

Mychel Wheverardo Araújo Pessoa

10/**2024**

Versão final

Mychel Wheverardo Araújo Pessoa. **Gestão e Evasão Escolar: Impactos Financeiros no Instituto Federal de Mato Grosso**
10/**2024**

P.PORTO

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M

MESTRADO GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES
GESTÃO PÚBLICA

Gestão e Evasão Escolar: Impactos Financeiros no Instituto Federal de Mato Grosso

Mychel Wheverardo Araújo Pessoa

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Gestão das Organizações, sob a Orientação do Professora Doutora Ana Maria Bandeira.

Mychel Wheverardo Araújo Pessoa. **Gestão e Evasão Escolar: Impactos Financeiros no Instituto Federal de Mato Grosso**
10/**2024**

Dedicatória

Dedico esta pesquisa a todos os servidores do IFMT, tanto os que já passaram pela instituição quanto aqueles que me acompanham ao longo destes 14 anos. Agradeço a todos que sempre contribuíram para o fortalecimento da instituição como um todo.

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de expressar minha sincera gratidão a Deus por ter me guiado até este momento, pois somente Ele conhece as dificuldades, os medos e as incertezas que enfrentei ao longo desta jornada. Agradeço também à minha esposa e companheira, que esteve ao meu lado e acompanhou de perto minha luta nos últimos dois anos. Sou igualmente grato aos meus pais e irmãos, em especial à minha irmã Martha (Mana Maninha), assim como aos meus sobrinhos e cunhados, que sempre me ofereceram apoio nas diversas fases da minha vida.

Estendo meus agradecimentos aos meus amigos mais próximos (Dagner, Diogo, Gisele, Marcos, Michelle, Moisés) e aos meus colegas de trabalho (Elisangela, Giovana, Kátia, Ricardo, Yasmim). Agradeço de maneira especial aos colegas de mestrado, em particular ao Rui, que sempre esteve disposto a me escutar e a oferecer conselhos valiosos. Um agradecimento especial se destina aos meus fiéis companheiros Baruk, Beka e Big Oreo.

Sou profundamente grato ao Instituto Federal, de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) pela oferta deste curso de mestrado e à equipe do ISCAP/IPP, que nos acolheu com tanto cuidado e atenção. Por fim, tive o privilégio de ser orientado pela professora Ana Maria Bandeira, a quem expresso minha profunda gratidão pelas valiosas conversas e orientações ao longo de minha trajetória.

Resumo:

O presente estudo aborda a evasão escolar no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), explorando suas causas e consequências do ponto de vista da gestão e do impacto orçamentário. Justifica-se pela importância de compreender o fenômeno da evasão em instituições federais de ensino técnico e tecnológico, onde ela acarreta prejuízos significativos ao orçamento, à eficiência institucional e ao desenvolvimento regional. A metodologia utilizada foi predominantemente qualitativa, integrando análises documentais e de dados institucionais, além de entrevistas e questionários aplicados a gestores. Como resultado, identificou-se que as taxas de evasão variam entre os campi e cursos, Os cursos técnicos integrados ao ensino médio, registraram uma média de evasão de 33,17% e entre os anos de 2018 a 2023 o IFMT demonstra uma média de aproximadamente 40% de evasão ciclo com pouca variação em cada ano, destacando demanda estratégias de acompanhamento mais intensivas. A análise revelou que os programas de apoio financeiro têm impacto positivo, mas ainda insuficiente para garantir a permanência dos alunos. As propostas de melhoria incluem a flexibilização curricular e o fortalecimento das políticas de assistência estudantil, além da capacitação contínua dos gestores. Conclui-se que a redução da evasão exige uma abordagem integrada, envolvendo ações pedagógicas, sociais e institucionais mais eficazes para assegurar a sustentabilidade financeira e a qualidade do ensino no IFMT.

Palavras chave: Evasão Escolar. Gestão Pública. Educação Profissional. Impacto Orçamentário. Políticas de Retenção.

Abstract:

The present study addresses school dropout at the Federal Institute of Mato Grosso (IFMT), exploring its causes and consequences from the perspectives of management and budgetary impact. The justification lies in the importance of understanding the dropout phenomenon in federal institutions of technical and technological education, where it results in significant financial losses, reduced institutional efficiency, and hindered regional development. The methodology used was predominantly qualitative, integrating documentary analysis and institutional data, along with interviews and questionnaires applied to managers. As a result, it was found that dropout rates vary among campuses and courses. The integrated technical courses recorded an average dropout rate of 33.17%, while the IFMT demonstrated an average dropout cycle of approximately 40% between 2018 and 2023, with little variation each year, highlighting the need for more intensive monitoring strategies. The analysis revealed that financial support programs have a positive impact, but remain insufficient to ensure student retention. Improvement proposals include curriculum flexibility, strengthening student assistance policies, and continuous management training. It is concluded that reducing dropout rates requires an integrated approach, involving more effective pedagogical, social, and institutional actions to ensure financial sustainability and the quality of education at the IFMT.

Key words: School Dropout. Public Management. Vocational Education. Budgetary Impact. Retention Policies.

Sumário

Capítulo - Introdução **1**

Capítulo I – Revisão da Literatura **9**

1.1. Contexto de Evasão/Abandono de Estudantes 10

1.2. Desafios e Perspectivas do Papel do Gestor no Combate à Evasão Escolar .. 12

1.3. A Gestão dos Dados Acadêmicos da RFEPCT 14

1.4. A Matriz de Distribuição Orçamentária da RFEPCT 22

1.5. Política de Permanência e Êxito do IFMT 25

Capítulo II – Estudo Empírico **29**

2.1. Metodologia 30

2.1.1. Análise da literatura 31

2.1.2. Pesquisa Documental 33

2.2. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica 35

2.3. Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica 40

2.4. Análise e Discussão dos Resultados 50

2.4.1. Consolidação dos Dados 51

2.4.2. Pesquisa Bibliométrica/Bibliográfica 51

2.4.3. Pesquisa Documental 62

Capítulo III – Discussão dos Resultados e Elaboração de Propostas **71**

3.1. Discussão dos Resultados 72

3.2. Elaboração de Propostas 76

Capítulo IV – Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação **81**

Referências Bibliográficas **87**

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo longitudinal de integração acadêmica de Tinto (1975)..... 4
Figura 2 - Distribuição Geográfica dos Campi do IFMT 2023..... 48

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Pesquisa Bibliométrica independente do ano *53*

Tabela 2 - Pesquisa Bibliométrica no período de 2019 a 2023 ..... *53*

Tabela 3 - Conjunto de Trabalhos sobre "Evasão, Retenção e Permanência"..... *55*

Tabela 4 - Conjunto de Trabalhos sobre "Papel dos Gestores e da Gestão". *57*

Tabela 5 - Conjunto de Trabalhos sobre "Impacto Orçamentário"..... *58*

Tabela 6 - Conjunto de Trabalhos sobre "Políticas Públicas e Institucionais"..... *58*

Tabela 7 - Conjunto de Trabalhos sobre "Educação Profissional e Tecnológica". *59*

Tabela 8 - Conjunto de Trabalhos sobre "Fatores que influenciam a Evasão". *60*

Tabela 9 - Conjunto de Trabalhos sobre "Trabalhos que não se enquadram em nenhum grupo". *60*

Tabela 10 - Eficiência Acadêmica no IFMT conforme PNP no período de 2018 a 2023. ..... *68*

Tabela 11 - Evasão Ciclo no IFMT conforme PNP no período de 2018 a 2023. ..... *68*

Tabela 12 - Evasão Ciclo no IFMT por Tipo de Curso conforme PNP no período de 2018 a 2023. ..... *69*

Tabela 13 - Relação de propostas para os problemas indentificados. *80*

Lista de abreviaturas

APNOR: Associação de Politécnicos do Norte

IFMT: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

SISTEC: Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SIAFI: Sistema Integrado de Administração Financeira

RFEPCT: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

FIC: Formação Inicial e Continuada

Cefets: Centros Federais de Educação Tecnológica

ETFs: Escolas Técnicas Federais

IFs: Institutos Federais

TCU: Tribunal de Contas da União

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Educacenso: Censo da Educação Básica

CENSUP: Censo da Educação Superior

PNE: Plano Nacional de Educação

SETEC/MEC: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

CONIF: Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

MEC: Ministério da Educação

PnP: Plataforma Nilo Peçanha

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SIGEPE: Sistema de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia

PPC: Projeto Pedagógico de Curso

EPT: Educação Profissional e Tecnológica

IFECTs: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Proeja: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PEIAPEE – IFMT: Plano estratégico institucional de ações de permanência e êxito dos estudantes do Instituto Federal de Mato Grosso

CODIR: Colégio de Dirigentes

PIB: Produto Interno Bruto

CNE: Conselho Nacional de Educação

IEA: Índice de Eficiência Acadêmica

RAPP: Relação Aluno-Professor Presencial

IAML: Indicador de Marcos Legais dos Cursos

RFP: Renda Familiar Per Capita

Pronatec: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional

CMAS: Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subsídios da União

CMAP: Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

BDTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

ProfEPT: Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional

CAPÍTULO - INTRODUÇÃO

Capítulo - Introdução

A evasão escolar, um desafio persistente e multifacetado que permeia todos os níveis de ensino, emerge como um obstáculo significativo para as instituições de ensino em diversas esferas, ameaçando a qualidade da formação, a eficiência na alocação de recursos e o desenvolvimento social. No contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), a evasão transcende a mera interrupção de trajetórias individuais, configurando-se como um problema sistêmico com repercussões profundas no orçamento institucional, na qualidade do ensino, na reputação da instituição e no desenvolvimento regional.

O IFMT, como parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), desempenha um papel na formação de profissionais qualificados e na promoção do desenvolvimento socioeconômico do estado de Mato Grosso. A instituição oferece cursos técnicos, de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, além de ensino médio e cursos de formação inicial e continuada (FIC), atendendo a um público diversificado e com diferentes necessidades, desde jovens em busca de sua primeira formação profissional até adultos em processo de requalificação. Nesse contexto, a evasão escolar, em qualquer nível de ensino ofertado pela instituição, representa um desafio significativo para o cumprimento da missão institucional do IFMT, que visa à formação integral do cidadão e ao desenvolvimento científico e tecnológico da região.

A análise aprofundada de documentos institucionais e da literatura especializada, como os estudos de Tavares e Passone (2023), Velloso (2000), Oliveira e Silva (2012), Silva Filho *et al.* (2007), Brandão (2018) e Velloso e Cardoso (2008), revela um consenso entre os autores sobre a gravidade do problema da evasão em toda a educação básica e superior, evidenciando a necessidade premente de ações estratégicas para mitigar seus efeitos. A evasão escolar impacta diretamente o orçamento do IFMT, resultando em perda de receitas, aumento de custos e ineficiência na alocação de recursos. Além disso, a evasão compromete a qualidade do ensino, prejudica a reputação da instituição e limita o potencial de desenvolvimento regional.

Compreender os impactos da evasão em todos os níveis de ensino no IFMT é fundamental para a elaboração de políticas institucionais eficazes para o combate a esse problema. A análise detalhada desses impactos, apresentada nos tópicos posteriores, fornecerá

subsídios para a tomada de decisões estratégicas que visem a garantia da sustentabilidade financeira e a excelência dos serviços prestados pelo IFMT. A identificação das causas da evasão, a implementação de programas de apoio aos estudantes, a melhoria da qualidade do ensino e o fortalecimento da gestão institucional são algumas das ações que podem contribuir para a redução da evasão e para a promoção de um ensino de qualidade em todos os níveis de ensino no IFMT.

Justificativa

A evasão escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) representa um desafio significativo para o cumprimento da missão institucional, definida no Plano de Desenvolvimento Institucional (Brasil, 2019) de cada instituição, em consonância com os princípios e finalidades estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008). Essa legislação, ao instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e criar os Institutos Federais, estabelece como princípios a verticalização do ensino, a oferta de educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a flexibilidade na construção de itinerários formativos e a atuação em prol do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

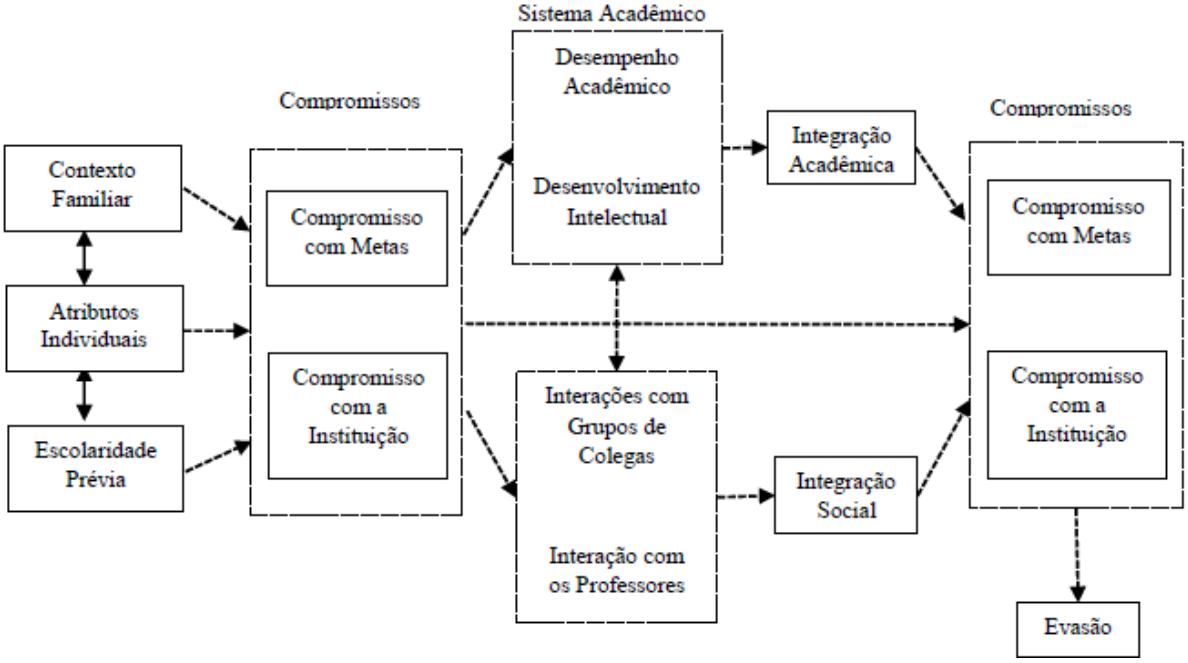
A persistência de altas taxas de evasão, em todos os níveis de ensino, compromete a efetividade das políticas públicas de educação e a utilização eficiente dos recursos públicos, conforme apontado em diversos relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) (Brasil, 2013, 2024, Brasil, TCU, 2021). Em 2022, por exemplo, o TCU publicou o relatório "Evasão e Retenção nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia", no qual foram analisados dados de 2017 a 2022 e constatou-se que no ano de 2022 a taxa média de evasão nos cursos técnicos era de 41%, enquanto nos cursos superiores a taxa era de 51% (Brasil, 2024). Esses números alarmantes evidenciam a necessidade de ações urgentes para combater a evasão e garantir o acesso e a permanência dos estudantes.

A evasão escolar gera impactos negativos não apenas para os estudantes que abandonam seus cursos, mas também para as instituições e para a sociedade como um todo. Para os estudantes, a evasão pode significar a perda de oportunidades de qualificação profissional, de ascensão social e de desenvolvimento pessoal, (Brandão, 2018). A evasão

pode ter consequências a longo prazo para os estudantes, como a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a redução da renda e a perpetuação de desigualdades sociais.

Segundo este modelo de Tinto (*Figura 1*), evasão está diretamente relacionada com os efeitos que a percepção da realidade causa nos indivíduos. As pessoas têm características próprias e, assim, têm percepções diferentes sobre situações aparentemente similares. As experiências pré-universitárias e o ambiente familiar têm impactos diretos e indiretos sobre a desempenho na universidade (Tinto, 1975). A evasão é, portanto, "um processo multidimensional que resulta da interação entre o indivíduo e a instituição e que é influenciada pelas características de ambos os elementos" (Tinto & Cullen, 1973).

Figura 1 - Modelo longitudinal de integração acadêmica de Tinto (1975)



Fonte: (Tinto, 1975).

Para as instituições, a evasão resulta em perda de receitas, aumento de custos e ineficiência na alocação de recursos, comprometendo a qualidade do ensino e a oferta de serviços. (Brandão, 2018), em sua análise sobre o impacto da evasão no financiamento das universidades federais, evidenciam que a perda de alunos se traduz em um impacto direto no orçamento das instituições, reduzindo a arrecadação com mensalidades e taxas e aumentando os custos per capita. No caso dos IFs, que dependem majoritariamente de recursos públicos, a evasão pode comprometer a capacidade de investimento em infraestrutura, equipamentos, materiais didáticos e corpo docente, prejudicando a qualidade do ensino oferecido.

Para a sociedade, a evasão representa um desperdício de investimentos públicos em educação e a perda de capital humano qualificado, essencial para o desenvolvimento econômico e social do país. Oliveira e Silva, (2012) e Silva Filho *et al.* (2007), em seu estudo sobre o impacto da evasão no orçamento público municipal, alertam que a evasão escolar implica em um uso ineficiente dos recursos públicos, pois os investimentos em educação não se convertem em resultados efetivos para os alunos que abandonam seus cursos. A evasão também contribui para a perpetuação de desigualdades sociais, pois os estudantes que evadem são, em sua maioria, provenientes de famílias de baixa renda e grupos socialmente vulneráveis, como apontam Nagai (2015), Pereira (2003) e Ribeiro (2005) em seus estudos sobre a evasão no ensino médio e técnico.

Nos últimos anos, em decorrência da pandemia, a evasão tem se agravado e diversos fatores são apontados como motivação para esse crescimento. Dentre esses fatores destacam-se as dificuldades de acesso à internet de boa qualidade, problemas de desemprego, questões de cuidados familiares, entre outros (Brasil, 2022).

Nesse contexto, estudos apontam ainda uma distinção entre as causas da evasão em relação ao gênero. Segundo Ratusniak (2019), cerca de 41% das alunas evadem por motivos de casamento/gravidez/filho, enquanto, entre os alunos, 23% evadem por desinteresse. Silva (2013) em sua pesquisa com grupos de risco de evasão, demonstra o perfil de estudantes que tendem a permanecer menos tempo matriculados no ensino superior, sendo os estudantes com dificuldades financeiras, os que reprovaram em disciplinas, os mais velhos e as pertencentes ao sexo feminino.

A partir da análise desses fatores, os autores propõem diversas estratégias para combater a evasão escolar. Ristoff (1999) sugere a implementação de programas de apoio financeiro e pedagógico aos estudantes, como bolsas de estudo, auxílio transporte e alimentação, monitoria e tutoria. Nagai (2015) defende a criação de mecanismos de flexibilização curricular, como a oferta de cursos noturnos e a distância, e a ampliação da oferta de cursos em diferentes regiões do estado. Oliveira e Silva (2012) enfatizam a importância de investir na formação docente, na melhoria da infraestrutura e na criação de um ambiente acadêmico mais acolhedor e inclusivo.

Diante desse cenário, este trabalho se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os impactos da evasão escolar nos IFs, com foco no IFMT, e de fornecer subsídios para a elaboração de políticas institucionais que visem à redução desse

problema. A análise dos fatores que contribuem para a evasão, a identificação de boas práticas de retenção e a avaliação da efetividade das políticas públicas para garantir a qualidade do ensino, a eficiência na gestão dos recursos e o cumprimento da missão institucional dos IFs.

É essencial não apenas compreender os elementos que contribuem para esse fenômeno, mas também conhecer as estratégias adotadas pelos gestores do IFMT para promover a permanência dos alunos nos cursos e prevenir a evasão. Espera-se que este estudo contribua para o avanço do conhecimento científico na área da evasão escolar, fornecendo uma análise abrangente sobre o papel dos gestores do IFMT nesse contexto, uma melhor compreensão orçamentária sobre o tema. Além disso, as recomendações e diretrizes propostas podem auxiliar os gestores na implementação de medidas eficazes para enfrentar a evasão escolar e melhorar a qualidade da educação nos *campi* do IFMT.

Considerando os impactos da evasão escolar no orçamento, na qualidade do ensino, na reputação institucional e no desenvolvimento regional do IFMT, como a análise aprofundada desses efeitos pode subsidiar o desenvolvimento e a implementação de políticas e ações mais eficazes para a retenção de alunos e o sucesso da instituição na promoção da educação profissional e tecnológica, em consonância com os princípios e finalidades estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008?

Objetivos

A pesquisa busca contribuir para a compreensão do problema da evasão escolar no IFMT e para a formulação de soluções eficazes, que garantam a qualidade do ensino, a eficiência na gestão dos recursos e o cumprimento das características e finalidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Objetivo Geral

Analisar os impactos da evasão escolar no IFMT, visando subsidiar o desenvolvimento e a implementação de políticas e ações para a retenção de alunos e o sucesso da instituição na promoção da educação profissional e tecnológica, em consonância com os princípios e finalidades estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008.

Objetivos Específicos

- Quantificar e analisar os impactos financeiros da evasão escolar no orçamento do IFMT;
- Avaliar a relação entre a evasão escolar e a qualidade do ensino ofertado pelo IFMT;
- Analisar o impacto da evasão escolar no desenvolvimento regional, considerando a relação entre a formação profissional e o mercado de trabalho local;
- Identificar e analisar as políticas e ações de retenção de alunos já implementadas pelo IFMT;
- Propor novas políticas e ações para a retenção de alunos, com base na análise dos impactos da evasão e nas boas práticas identificadas.

Estrutura do Estudo

Este estudo está estruturado em cinco capítulos, cada um deles destinado a abordar de forma detalhada diferentes aspectos do fenômeno da evasão escolar no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), focando nas suas causas, consequências financeiras e propostas de mitigação.

O **Capítulo – Introdução** contextualiza o problema da evasão escolar no IFMT, apresentando a justificativa, os objetivos e a relevância do estudo. Este capítulo define o escopo da pesquisa e as questões centrais a serem investigadas, além de estabelecer os conceitos fundamentais que guiam a análise ao longo do trabalho.

O **Capítulo I – Revisão da Literatura** explora a fundamentação teórica sobre evasão escolar, gestão educacional e políticas de retenção, especialmente em instituições de ensino técnico e tecnológico. Aqui, são apresentados conceitos-chave e estudos anteriores que oferecem um panorama das principais causas e estratégias de enfrentamento da evasão, situando a pesquisa em um contexto mais amplo de análise.

O **Capítulo II – Estudo Empírico** descreve os métodos utilizados para a coleta e análise dos dados. Nele, são detalhados o tipo de pesquisa, os instrumentos aplicados e as fontes

de dados utilizadas. A abordagem metodológica é qualitativa com estudo de caso, combinando análises documentais e de literatura de modo a proporcionar uma visão abrangente e integrada do problema da evasão.

O **Capítulo III – Interpretação dos Resultados e Elaboração de Propostas** apresenta a análise detalhada dos dados coletados, destacando as tendências e fatores que influenciam a evasão escolar na instituição. Além de interpretar os resultados à luz do referencial teórico, o capítulo propõe ações e estratégias para reduzir a evasão, considerando as especificidades do IFMT e as melhores práticas já identificadas na literatura.

Por fim, o **Capítulo IV – Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação** sintetiza as principais descobertas do estudo, ressaltando as limitações enfrentadas durante a pesquisa e sugerindo direções para futuras investigações. As conclusões destacam a necessidade de uma abordagem integrada, que envolva ações pedagógicas, institucionais e sociais mais eficazes para assegurar a permanência dos alunos e a qualidade do ensino no IFMT.

Essa estrutura permite um entendimento progressivo e fundamentado do fenômeno estudado, facilitando a identificação de soluções práticas e orientadas para a melhoria da gestão e da qualidade do ensino oferecido pelo IFMT

1. Revisão da Literatura

A revisão da literatura tem como objetivo explorar as bases teóricas e conceituais que sustentam a análise da evasão escolar no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Este capítulo busca examinar de forma crítica os estudos e pesquisas já realizados sobre o tema, abrangendo desde o conceito de evasão escolar em instituições de ensino técnico e tecnológico até a relação entre gestão educacional e políticas de retenção. A partir da análise das publicações relevantes, pretende-se compreender os fatores internos e externos que contribuem para a evasão, bem como as estratégias utilizadas para promover a permanência e o sucesso dos estudantes. Essa revisão permitirá situar a pesquisa no contexto mais amplo da educação profissional e tecnológica, estabelecendo um diálogo entre a teoria existente e os dados obtidos no estudo, além de identificar lacunas e direcionar o desenvolvimento de políticas mais eficazes de combate à evasão no IFMT.

1.1. Contexto de Evasão/Abandono de Estudantes

A evasão escolar é um problema crítico que afeta tanto a educação básica quanto o ensino superior no Brasil, com implicações significativas para o desenvolvimento pessoal dos estudantes e para a sociedade como um todo. Segundo Lobo (2011), a evasão representa uma perda coletiva de recursos e de potencial humano, afetando diretamente a capacidade do país em formar profissionais qualificados e cidadãos preparados para o mercado de trabalho e a vida social (Lobo, 2011).

Na educação básica, a evasão é muitas vezes resultado das condições socioeconômicas desfavoráveis, que comprometem o acesso e a permanência dos alunos na escola. Além disso, Lobo (2011) destaca que a baixa qualidade do ensino nas séries iniciais é um fator que desestimula a continuidade dos estudos, sobretudo em áreas mais pobres, onde a infraestrutura escolar é precária, a merenda escolar é inadequada e o transporte insuficiente, agravando ainda mais o abandono escolar (Lobo, 2011). Cyrillo (2020) também reforça essa perspectiva ao apontar que as desigualdades sociais afetam a motivação dos estudantes, levando à evasão escolar, especialmente em contextos em que a escola não oferece suporte pedagógico ou social adequado (Cyrillo, 2020).

No ensino superior, a problemática da evasão envolve fatores mais complexos. Lobo (2011) argumenta que a evasão no ensino superior está frequentemente ligada à falta de

integração social e acadêmica dos estudantes com o ambiente universitário. A autora menciona que a ausência de políticas de acolhimento e de programas de adaptação para os calouros, especialmente para aqueles de origens socioeconômicas mais vulneráveis, é um fator determinante para a evasão nos primeiros anos do curso (Lobo, 2011). Vincent Tinto, referenciado por Lobo (2011), também destaca a importância de programas de integração e suporte contínuo para a permanência dos alunos nas universidades (Tinto, 1997).

Além dos desafios de adaptação, o aspecto financeiro é outro elemento da evasão do ensino superior, especialmente no setor privado. Mesmo com políticas de financiamento estudantil, como o FIES e o PROUNI, muitos estudantes não conseguem manter-se nos cursos devido às dificuldades financeiras, que, segundo Lobo (2011), são frequentemente mencionadas como a principal razão para o abandono dos estudos, embora muitas vezes estejam associadas a outros fatores, como a falta de adaptação e de apoio institucional (Lobo, 2011).

A educação profissional, que abrange tanto o ensino médio técnico quanto o ensino superior tecnológico, também enfrenta altos índices de evasão. Cyrillo (2020), em sua pesquisa realizada em instituições federais de Minas Gerais, aponta que a evasão está relacionada à falta de conexão entre o currículo e o mercado de trabalho, o que gera desmotivação entre os alunos (Cyrillo, 2020). A falta de um acompanhamento pedagógico adequado, segundo Cyrillo (2020), também contribui para o abandono, uma vez que os estudantes não recebem o suporte necessário para superar as dificuldades acadêmicas e pessoais que enfrentam (Cyrillo, 2020).

Portanto, para lidar com o problema da evasão de maneira eficaz, Lobo (2011) e Cyrillo (2020) enfatizam a importância de políticas de gestão educacional voltadas para a integração e o suporte contínuo aos alunos. Isso inclui a implementação de programas de tutoria, aconselhamento psicológico e ações de acolhimento que considerem as especificidades dos alunos, tanto no ensino básico quanto no ensino superior (Lobo, 2011 e Cyrillo, 2020). Além disso, Cyrillo (2020) reforça a necessidade de políticas públicas que garantam a equidade no acesso à educação e ofereçam condições para a permanência dos alunos nos sistemas de ensino (Cyrillo, 2020).

Conclui-se que a evasão escolar é um problema multifacetado que exige abordagens integradas e políticas eficazes para promover não apenas o acesso, mas também a

permanência e o sucesso dos estudantes em todos os níveis de ensino. A melhoria da qualidade do ensino básico e a ampliação das políticas de acesso e permanência no ensino superior são fundamentais para a redução da evasão e para o fortalecimento do sistema educacional brasileiro como um todo (Lobo, 2011 e Cyrillo, 2020).

1.2. Desafios e Perspectivas do Papel do Gestor no Combate à Evasão Escolar

A evasão escolar configura-se como um desafio persistente no cenário educacional, demandando atenção e intervenção, especialmente em instituições que atendem estudantes em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, o gestor escolar assume um papel significativo no combate a esse problema, enfrentando desafios e buscando perspectivas para garantir a permanência dos alunos na escola. Nascimento Júnior e Helfenstein (2022) apontam que *a evasão escolar é um fenômeno multicausal que exige do gestor uma atuação atenta aos diversos fatores que influenciam a trajetória escolar do aluno*. Compreender a complexidade do fenômeno e as múltiplas faces que o compõem é o primeiro passo para a construção de soluções eficazes.

Um dos principais desafios enfrentados pelo gestor é a necessidade de criar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, que promova o pertencimento e a motivação dos estudantes. Para isso, é preciso ir além dos dados numéricos e compreender a relação do aluno com o saber, como destaca Charlot (2000). A individualização do acompanhamento, considerando as singularidades de cada estudante, e a busca por soluções para problemas como dificuldades de aprendizagem, questões familiares e socioeconômicas, fomentam a permanência do aluno na escola.

Outro desafio reside na articulação entre a equipe pedagógica e as famílias. O gestor precisa mobilizar os professores para a construção de estratégias pedagógicas que tornem as aulas mais atrativas e significativas, combatendo a desmotivação e o desinteresse, fatores que contribuem para a evasão. Nesse sentido, Júnior (2022) destaca que *a gestão educacional, por meio do emprego de ações que promovam um nível de ensino aceitável, possui papel fundamental para a permanência dos alunos na escola*. Simultaneamente, a comunicação constante com as famílias, visando a criação de uma rede de apoio para o aluno, é fundamental. Nascimento Júnior e Helfenstein (2022) reforçam essa ideia ao afirmar que *a comunicação entre a escola e a família é fundamental para a construção de um ambiente de aprendizagem colaborativo e para o sucesso do aluno na escola*.

A intersetorialidade apresenta-se como uma ferramenta essencial no combate à evasão escolar. O gestor deve buscar parcerias com outras instituições e serviços, como assistência social, saúde e cultura, para oferecer um atendimento integral aos alunos e suas famílias, auxiliando na superação de problemas que vão além do âmbito escolar. Essa perspectiva amplia as possibilidades de ação do gestor, permitindo que ele articule uma rede de apoio que contribua para a permanência do aluno na escola.

A adoção de uma postura democrática e participativa é fundamental para o enfrentamento da evasão escolar. O gestor deve incentivar a comunidade escolar a se envolver na busca por soluções, criando espaços de diálogo e participação, como conselhos escolares e grêmios estudantis. Júnior (2022) ressalta que *a gestão democrática e participativa é fundamental para a construção de uma escola mais justa e igualitária, onde todos tenham voz e vez*. Essa perspectiva contribui para a construção de um ambiente escolar mais democrático e corresponsável pela educação.

A formação continuada da equipe escolar é outro aspecto importante para o combate à evasão escolar. O gestor deve promover cursos e oficinas que abordem a temática e possibilitem a troca de experiências entre os profissionais da educação. A capacitação da equipe permite que todos estejam preparados para identificar os fatores que contribuem para o abandono escolar e atuar de forma preventiva.

A utilização de dados e indicadores é uma ferramenta importante para o gestor no combate à evasão escolar. É preciso acompanhar as taxas de frequência, aprovação e evasão da escola, buscando entender os motivos que levam os alunos a abandonarem os estudos. A análise desses dados pode auxiliar na identificação de problemas e na formulação de estratégias para a prevenção da evasão escolar.

Lobo (2011) destaca a importância do acompanhamento individualizado dos alunos, para além dos dados numéricos, como forma de entender e combater a evasão escolar. Essa visão se assemelha à de Charlot (2000), que enfatiza a necessidade de compreender a relação do aluno com o saber para evitar o fracasso escolar. Ambos os autores apontam para a importância de um acompanhamento mais próximo e individualizado dos alunos, considerando seus diferentes contextos e necessidades. Essa perspectiva humanizada e individualizada no atendimento aos alunos é fundamental para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo.

O gestor escolar, como agente de transformação social, tem o desafio de garantir que todos os alunos tenham acesso à educação de qualidade e concluam seus estudos. Seu papel no combate à evasão escolar é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos tenham a oportunidade de alcançar seus sonhos e construir um futuro melhor.

1.3. A Gestão dos Dados Acadêmicos da RFEPCT

As políticas públicas, além de assegurar os direitos da sociedade como um todo, corrigindo desigualdades, indica ao Estado a necessidade de desenvolver um conjunto de ações em diversas áreas para promover o seu bem comum. Dentre estas ações, encontramos "planos, programas, metas e estratégias traçados pelo Estado visando ao bem-estar da coletividade e ao interesse público" (Lima & Pacheco, 2017). Para aferir as metas da Lei 13.005/2014, foi delegado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) como órgão responsável pela aferição e esta é feita anualmente através do Censo da Educação Básica (Educacenso) e do Censo da Educação Superior (CENSUP) (Brasil, 2014). Além do PNE, a educação profissional e tecnológica também traz objetivos e metas na própria Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Brasil, 2008). O objetivo com a criação dos Institutos Federais, é o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional em diferentes níveis e modalidades de ensino.

A Rede de Educação Profissional e Tecnológica tem recebido cada vez mais atenção devido à sua associação histórica com as concepções e modelos econômicos em vigor, bem como às demandas geradas por eles no mercado de trabalho. Governos e empresários têm formado parcerias para estabelecer e manter cursos que possam suprir posições estratégicas para o desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que contribuem para elevar o nível de escolarização dos trabalhadores.

O posicionamento mencionado é evidenciado pela expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, uma iniciativa governamental que teve início em 2003. Essa expansão é marcada pela criação de novas unidades educacionais, oferecendo cursos adaptados às necessidades de desenvolvimento local e regional. O objetivo é atender às demandas de qualificação dos trabalhadores na nova economia, ao mesmo tempo em que impulsiona o avanço da produção científica nesse campo.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT foi criado em 2008, conforme estabelecido pela Lei nº. 11.892, em 29/12/2008. Sua criação resultou da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres. O IFMT é uma instituição de educação superior, básica e profissional, que oferece uma variedade de cursos e é composto por vários campi distribuídos em diferentes regiões. Atualmente, o IFMT é composto por 19 unidades, incluindo Campi e Campi Avançados (Instituto Federal de Mato Grosso, 2023).

Como uma instituição vinculada ao Ministério da Educação, o IFMT é uma autarquia com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Durante o processo de expansão que resultou na formação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, além das três instituições mencionadas anteriormente, foram criados vários *campi*. Como resultado, o IFMT passou a reunir, sob as mesmas normas e burocracias, instituições já consolidadas, com culturas distintas, e instituições recém-criadas. Após a fusão das três instituições de ensino, também houve a unificação de todos os dados acadêmicos de seus respectivos sistemas de gestão acadêmica. Simultaneamente, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), responsável pela Rede Profissional e Tecnológica dentro do Ministério da Educação (MEC), implementou o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), responsável pelo controle do número de estudantes matriculados. Por meio desse sistema, as instituições inserem as informações dos estudantes matriculados em seus respectivos cursos (Brasil, Setec, 2020).

Dessa forma, por meio do SISTEC, a SETEC/MEC possui o total de estudantes matriculados. A cada ingresso de estudantes, as instituições alimentam o SISTEC, independentemente do curso. Com base nessas informações, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) define diretrizes em conjunto com o Ministério da Educação (MEC) e estabelece critérios para a distribuição orçamentária, conhecidos como "Matriz CONIF".

Embora o SISTEC tenha unificado a plataforma, todas as matrículas estavam sendo registradas para controle e estatísticas do MEC, incluindo matrículas da rede federal, privada (relacionadas a programas governamentais) e do sistema "S" (SESI, SENAI). No entanto, apenas o SISTEC não era suficiente para fornecer estatísticas da Rede EPT ao TCU e verificar o cumprimento das metas estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases

(LDB), garantindo a eficiência e eficácia do uso de recursos públicos em suas instituições. A partir das orientações do TCU, por meio das decisões proferidas, a SETEC/MEC unificou, a partir de 2017, os dados do SISTEC com os dados do Sistema de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia (SIGEPE) e do Sistema de Administração Financeira (SIAFI), resultando no desenvolvimento da Plataforma Nilo Peçanha (PNP).

Os indicadores têm o propósito de verificar o cumprimento da legislação, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), além de controlar o número de estudantes matriculados, que serve de base para a elaboração do orçamento da instituição. Esses dados são obtidos por meio do SISTEC, no qual as instituições inserem informações sobre os estudantes matriculados, evadidos e que concluíram seus respectivos cursos.

A verticalização é quando um estudante conclui o ensino médio em uma instituição da Rede Profissional e Tecnológica (EPT) e continua seus estudos na mesma instituição, utilizando os mesmos recursos e instalações físicas. Além disso, a Rede EPT também oferece cursos específicos para qualificar a população de acordo com as atividades econômicas locais e regionais onde as instituições estão localizadas. Dessa forma, a verificação das matrículas permite determinar se as metas e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) e na Lei 11.892/2008 foram alcançadas, resultando em um aumento no orçamento das instituições.

Apesar dos investimentos realizados na expansão dos Institutos Federais e, consequentemente, no aumento do número de matrículas, o TCU constatou a falta de um controle efetivo e oficial por parte da SETEC/MEC em relação ao número de estudantes matriculados, desistentes e retidos nas unidades (Brasil, 2013, 2024). Além disso, não foi possível identificar explicitamente nos relatórios de Gestão das instituições indicadores que comprovassem que as instituições estavam auxiliando na retenção dos estudantes, conforme analisado pela Comissão de Permanência e Êxito, que utiliza os dados disponíveis no sistema acadêmico (SISTEC) e na Plataforma Nilo Peçanha para planejar ações de apoio estudantil e pedagógico, ano após ano, com o objetivo de reduzir a evasão e retenção (Brasil, TCU, 2021).

Conforme mencionado anteriormente, é essencial ter um controle de desempenho na Rede Profissional e Tecnológica, juntamente com a medição do cumprimento das metas estabelecidas por dispositivos legais. No entanto, antes de construir indicadores, é

necessário compreender a realidade das instituições e como os indicadores de evasão são desenvolvidos.

A evasão escolar é um problema que afeta instituições de ensino em todo o mundo, e o IFMT não é exceção. O enfrentamento efetivo desse fenômeno requer uma compreensão aprofundada das suas causas e da maneira como os gestores podem desempenhar um papel relevante na prevenção e combate à evasão escolar.

O Acórdão nº 506/2013, emitido pelo TCU, indica que a evasão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECTs) ocorre em diferentes modalidades de ensino, em diferentes graus, incluindo: “Quando se analisam as taxas de conclusão em nível nacional se situam em 46,8% para o médio integrado, 37,5% para o Proeja, 25,4% para a Licenciatura, 27,5% para o Bacharelado e 42,8% para os cursos de tecnólogo (Brasil, 2013).

Como observado, a taxa de conclusão dos estudos por parte dos alunos ainda é baixa. Os dados também indicam que não está de acordo com a meta estabelecida, que é de “90% para a taxa de conclusão prevista no Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação 2011-2020, ou mesmo da taxa de 80% para todas as modalidades de cursos ofertados pelos institutos previstos no Termo de Acordo de Metas” (Brasil, 2013, 2024).

Nesse sentido, a evasão emerge como um obstáculo significativo para alcançar essas metas educacionais, destacando a necessidade de uma análise mais aprofundada e a implementação de medidas para contê-la ou mitigá-la. Isso ressalta a importância de uma reflexão abrangente e ações concretas nesse sentido.

Para calcular os indicadores do MEC, a evasão é definida como todas as matrículas que tiveram alteração de status para "Evadido", "Desligado" ou "Transferido Externo" durante o ciclo acadêmico do curso escolhido pelo estudante, com base no período analisado. Para fins de conceituação, consideram-se evadidos os estudantes que abandonaram seus cursos sem solicitar o cancelamento da matrícula, aqueles que solicitaram o cancelamento da matrícula, os que faleceram, os que não concluíram com êxito seus cursos (como cursos de oferta única, geralmente oriundos de convênios com prefeituras ou órgãos de segurança pública), os que passaram por algum processo administrativo que resultou no desligamento do estudante, os que transferiram sua matrícula para outra instituição de ensino, ou os que realizaram transferência entre campi (Moraes *et al.*, 2020).

Portanto, para garantir um controle efetivo de desempenho na Rede Profissional e Tecnológica, é necessário compreender a dinâmica das instituições e desenvolver indicadores que sejam relevantes, confiáveis e capazes de refletir a realidade do funcionamento dos Institutos Federais, permitindo assim uma avaliação precisa de seu impacto e eficácia na formação dos estudantes.

O IFMT instituiu uma comissão interna de sistematização e elaboração do plano estratégico institucional de ações de permanência e êxito dos estudantes do IFMT, através da portaria nº 2.322, de 28 de outubro de 2015, que resultou em 2017 na publicação do Plano estratégico institucional de ações de permanência e êxito dos estudantes do Instituto Federal de Mato Grosso (PEIAPEE – IFMT) (Brasil, 2017).

De acordo com o próprio relatório da Comissão de Permanência e Êxito do IFMT, é considerado retido o estudante que não consegue finalizar o curso dentro do período determinado pelo PPC. Este período corresponde ao ciclo acadêmico e estes ciclos são registrados no SISTEC. Toda vez que um estudante de um curso de 03 (três) anos, por exemplo, não conclui dentro deste tempo, a instituição tem seu indicador de eficiência e eficácia reduzido e consequentemente há o impacto orçamentário. E com o formato e exigência dos cursos, principalmente os integrais, fica complicado o estudante, acima de tudo, estudante trabalhador, finalizar dentro do ciclo acadêmico (Brasil, 2017).

Quando é abordado a evasão, a temática torna-se um pouco mais complexa de ser avaliada e identificada e, consequentemente, mitigada. A evasão é quando o estudante deixa os estudos, independente de sua motivação. Pode ser através de não ter renovado a sua matrícula dentro dos períodos letivos do curso, ausência desde o início do curso, ou pela transferência de instituição, sendo esta última um dos problemas que atingem de forma mais rápida a base orçamentária de uma instituição de ensino segundo (Filho & Carvalho, 2019).

Para os Institutos Federais, a evasão dos cursos técnicos tem maior impacto orçamentário do que os cursos superiores e precisa ser investigada e mitigada. Independente do curso ou nível de ensino, segundo (González Catalán & Arismendi Vera, 2018), os estudos que vem sendo feitos nos países Latino-Americanos demonstram vários fatores que contribuem para o abandono dos estudantes universitários: os problemas pessoais, socioeconômicos, a formação acadêmica dos estudantes, dificuldade de aprendizagem, falta de motivação, pressão familiar e necessidade de trabalhar. (González Catalán &

Arismendi Vera, 2018) destacam ainda que, para se ter um modelo melhor que possibilite identificar com mais precisão as causas da evasão, são necessárias mais informações detalhadas sobre os estudantes e tentar tornar o modelo proposto em seu trabalho efetivamente multicausal. Segundo (Carrillo & Jurado, 2017), no Chile, da mesma forma que ocorre no Brasil, os cursos profissionalizantes são elaborados de acordo com os arranjos produtivos e tecnológicos que estão no mercado de trabalho. Porém, o que diferencia de um país para outro, podendo ser considerado um fator motivacional diminuindo a evasão, são as matérias profissionalizantes serem feitas nos últimos anos apenas. Baseado no posicionamento de (Carrillo & Jurado, 2017), é importante pontuar que os cursos técnicos integrados do IFMT possuem em torno de 16 a 18 componentes curriculares por ano podendo ser um dos motivos da alta evasão. E, que através da solução proposta pelo autor há possibilidade a diminuição desta evasão. Ainda sobre uma forma de motivar o estudante a continuar seus estudos e não evadir dos cursos que ingressa, (Magalhães & Castioni, 2019) coloca que há a necessidade da mudança da estrutura educacional, principalmente no Ensino Médio e que o sistema adotado pelas instituições de ensino brasileiras não tem como objetivo o mundo real. Isso mostra que o problema da evasão não está somente nos estudantes (problemas socioeconômicos, por exemplo), mas também nas instituições. Segundo é necessário estudar as causas e identificar as situações que causam a evasão e serem revistas institucionalmente, proporcionando estratégias de acompanhamento visando o êxito dos estudantes. E não se pode excluir a responsabilidade da própria instituição, além de questões orçamentárias e sociais.

A ocorrência da evasão envolve inúmeras variáveis explicativas. Kampff; Petrarca Teixeira; Mentges (2018) elaboraram um levantamento de trabalhos publicados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Foram identificados pelos pesquisadores alguns motivos recorrentes que levam à evasão dos estudantes. Entre esses motivos estão a falta de recursos financeiros para manter os estudos, incertezas em relação às perspectivas de carreira na área escolhida, baixa qualidade da educação básica antes de ingressar no Ensino Superior, insatisfação nas relações sociais estabelecidas com colegas e professores na universidade, dificuldades de adaptação à vida acadêmica e currículos pouco atrativos para os novos perfis de estudantes universitários.

Para avaliar o desempenho dessas instituições, deve haver indicadores adequados que forneçam informações precisas sobre o progresso dos alunos, a qualidade do ensino oferecido e a eficácia das políticas educacionais implementadas. Esses indicadores são

construídos a partir do conhecimento da realidade das instituições e do contexto em que estão inseridas, levando em consideração aspectos como taxas de evasão, desempenho acadêmico, empregabilidade dos graduados, satisfação dos alunos, entre outros (Kampff, Petrarca Teixeira & Mentges, 2018).

Segundo (Silva Filho *et al.*, 2007), é preciso que a gestão compreenda que o acompanhamento das evasões deve ser um trabalho especializado, contínuo e permanente, devendo mudar a cultura gerencial, acadêmica das instituições de ensino de modo a aproximá-las mais da realidade entendendo-a como um problema de gestão.

Os estudos de Silva Filho *et al.* (2007) e Magalhães e Castioni, (2019) destacam que é necessário que a gestão oriente, sistematize e dê suporte para as mudanças necessárias nos cursos. Estes autores também enfatizam que é necessário envolver vários elementos e níveis hierárquicos das instituições e não só os níveis de ensino, trazendo um detalhamento que deve ser levado em consideração: a maioria da evasão ocorre ainda no primeiro semestre do curso, em cursos semestrais, e no primeiro ano de curso, em casos de cursos anuais. Todas as ações tanto de gestão, quanto de identificação dos motivos que levam um estudante a evadir ou ter dificuldade na continuidade do curso que está fazendo sempre vem de uma informação que pode estar presente dentro dos próprios sistemas acadêmicos institucionais ou pode estar presente em informações não estruturadas localizadas com as pessoas que identificam estes motivos.

Segundo Nobre (2020), o ambiente informacional está presente em toda organização, abrangendo também todas as tomadas de decisão e as informações que são construídas sempre tem valor agregado a ela e que pode interferir na tomada de decisão a ser feita. A partir da necessidade de informação, o indivíduo passa a analisar os fluxos informacionais e começa a se indagar sobre como e onde aplicar a informação que possui antes de ser utilizada em uma determinada atividade (Nobre, 2020). No caso da evasão, deve ser analisada todas as informações já existentes para identificar os indícios de como e quando essa evasão ocorre e, a partir desta identificação, se construa ações para mitigar esta evasão.

No contexto da pesquisa científica atual, já foram realizados estudos significativos sobre a evasão escolar em diferentes níveis de ensino. Diversas pesquisas têm investigado as causas subjacentes desse fenômeno, destacando fatores como problemas

socioeconômicos, desmotivação dos alunos, falta de apoio familiar, insatisfação com o currículo e o ambiente escolar, entre outros (Kampff, Petrarca Teixeira & Mentges, 2018).

No entanto, é importante ressaltar que a maioria das pesquisas existentes sobre evasão escolar se concentra em contextos de motivos que levaram os discentes a evasão, e há uma lacuna de estudos específicos que abordem a questão de funções dos gestores ao combate da evasão e impacto no orçamento nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Portanto, o presente trabalho visa preencher essa lacuna e contribuir com um estudo original sobre o papel dos gestores na evasão escolar no âmbito dos *campi* do IFMT e uma leitura cuidadosa dos impactos da evasão no orçamento.

Conforme Silva (2017), a partir do momento em que um aluno evade essa situação não pode ser revertida. Dessa forma, é necessário que os gestores se antecipem ao fenômeno da evasão, agindo de maneira preventiva para evitar que o estudante evada (Silva, 2017). Quando ocorre um grande número de estudantes que não concluem o curso ao qual estão matriculados, há uma frustração em relação à meta de formação acadêmica, além de gerar um atraso para a sociedade, pois há menos profissionais qualificados para contribuir com o desenvolvimento do estado.

A distribuição dos recursos repassados a rede federal é realizada por meio da Matriz de distribuição orçamentária, instrumento de distribuição anual do orçamento destinado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e ao Colégio Pedro II, que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Rede Federal de EPCT (Brasil, MEC, 2022). A Matriz de Distribuição Orçamentária é uma ótima ferramenta para visualização de toda a rede, uma vez que demonstra a distribuição do orçamento no seu detalhe, com todos os *campi*. A complexidade dos cálculos mostra a preocupação e cuidado ao elaborar uma ferramenta transparente (De Oliveira *et al.*, 2022).

O cálculo da distribuição utiliza o conjunto de dados acadêmicos que são informados pelas instituições por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC e consolidados na Plataforma Nilo Peçanha - PNP. A matriz orçamentária de um dado ano é sempre elaborada com dados da PNP do ano anterior (Brasil, MEC, 2022; De Oliveira *et al.*, 2022).

Analisando a complexa matriz, verifica-se que o aluno evadido dos cursos tem um impacto negativo na distribuição dos recursos, sendo de fundamental importância visando a manutenção e o crescimento do IFMT, mitigar a questão.

1.4. A Matriz de Distribuição Orçamentária da RFEPCT

A matriz de distribuição orçamentária da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) é um instrumento para alocação de recursos entre as diversas instituições que a compõem. Essa matriz utiliza um conjunto de critérios e indicadores para garantir que os recursos sejam distribuídos de forma justa e equitativa, considerando as necessidades e o desempenho de cada instituição. No entanto, a matriz e seus critérios de distribuição têm sido objeto de debates e análises, com ênfase na busca por maior transparência, eficiência e alinhamento com os objetivos estratégicos da Rede.

Um dos principais pontos de discussão reside na necessidade de atualização dos critérios de distribuição. Atualmente, a matriz orçamentária da Rede EPCT utiliza como base as informações da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que consolida dados acadêmicos e de gestão das instituições. No entanto, a atualização desses critérios não tem acompanhado o ritmo das mudanças e do crescimento da Rede, o que pode levar a distorções na alocação de recursos. Como apontado por um entrevistado na pesquisa de Martins, Gasparetto e Lavarda (2022), "A metodologia que nós estamos utilizando não é respeitada pelo MEC desde 2019; a gente considera o primeiro ano da Matriz, o ano de 2015 como um ano de maior contemplação orçamentária".

Outro ponto relevante diz respeito à transparência dos critérios e cálculos utilizados na matriz. A falta de clareza sobre como os recursos são distribuídos pode gerar desconfiança e insatisfação entre as instituições, dificultando o planejamento e a gestão dos recursos. Essa preocupação é ecoada na fala de outro entrevistado na mesma pesquisa: "Na verdade, não existe uma Matriz IFC, eles estão só replicando a Matriz CONIF antiga. E aí um campus que cresceu em 2019, 2020, o montante do orçamento não cresceu. Não foi utilizado nenhum indicador" (Martins, Gasparetto & Lavarda, 2022).

Além disso, a matriz atual tem sido criticada por sua ênfase excessiva no número de matrículas como critério de distribuição. Embora o número de alunos seja um fator importante, ele não reflete necessariamente a complexidade e os custos diferenciados das

diversas atividades desenvolvidas pelas instituições, como pesquisa, extensão e inovação. Um entrevistado na pesquisa de Martins, Gasparetto e Lavarda (2022) expressa essa crítica: "Eu acho que ainda o aluno, apesar da Matriz CONIF ser desconsiderada, é a única maneira dos campi ou do IFC, ou de qualquer órgão, tentar ter argumentos pra poder angariar um orçamento maior".

O Parecer nº 223/2023 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, CNE, 2023) destaca a necessidade de ampliar os critérios de distribuição, incluindo indicadores de desempenho e qualidade, para incentivar o aprimoramento das instituições.

Diante dessas considerações, diversos autores e gestores têm defendido a incorporação de indicadores de desempenho na matriz orçamentária. A inclusão de critérios como a eficiência acadêmica, a retenção de alunos, a produção científica e o impacto na comunidade local poderia incentivar as instituições a buscarem a melhoria contínua de suas atividades e a utilizarem os recursos de forma mais eficiente. Essa perspectiva é reforçada pela fala de um entrevistado: "Eu acredito que os campi devem influenciar o montante dentro da instituição, mas o montante para cada unidade orçamentária é discutido em rede" (Martins, Gasparetto & Lavarda, 2022).

Diante das críticas, diversas sugestões de aprimoramento da matriz orçamentária têm sido apresentadas. A atualização dos critérios de distribuição, com a incorporação de dados mais recentes e relevantes da PNP, é fundamental para garantir uma alocação de recursos mais justa e alinhada à realidade da Rede EPCT. A transparência na metodologia de cálculo e nos critérios utilizados também é essencial para promover a confiança e a participação da comunidade na gestão orçamentária (Ferreira Menezes *et al.*, 2015).

A ampliação dos critérios de distribuição, com a inclusão de indicadores de desempenho e qualidade, como a eficiência acadêmica, a retenção de alunos, a produção científica e o impacto social, pode incentivar a busca por excelência e o uso eficiente dos recursos. O (Brasil, CGU, 2021a) reforça a importância de considerar o desempenho na alocação de recursos, visando o aprimoramento da qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, a participação da comunidade na construção da matriz orçamentária é fundamental para garantir a legitimidade e a representatividade do processo decisório. A criação de espaços de diálogo e consulta, com a participação de gestores, docentes,

estudantes e técnicos, pode contribuir para a construção de uma matriz mais democrática e responsiva às necessidades da Rede EPCT (Brasil, SETEC, 2022).

1.2.1 Metodologia de Cálculo da Matriz de Distribuição Orçamentária

A metodologia de cálculo da matriz orçamentária da Rede EPCT, conforme estabelecida na Portaria nº 646, de 25 de agosto de 2022, do Ministério da Educação (MEC), envolve a utilização de dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e a consideração de quatro blocos principais (Brasil, MEC, 2022):

1. **Funcionamento:** Abrange a manutenção e o desenvolvimento das atividades gerais da instituição, com base na matrícula total, após a dedução do valor destinado à assistência estudantil.
2. **Reitoria/Direção-Geral:** Refere-se à manutenção e ao desenvolvimento das atividades da unidade gestora central, utilizando a mesma base do bloco "Funcionamento".
3. **Qualidade e Eficiência:** Engloba as atividades desenvolvidas pelas instituições, medidas por meio de indicadores disponíveis na PNP.
4. **Assistência Estudantil:** Relaciona-se à assistência aos estudantes de cursos presenciais e a distância, alunos em regime de internato pleno e alunos de cursos de formação inicial e continuada, com foco no acesso, permanência e êxito.

A distribuição orçamentária entre esses blocos é a seguinte:

- **Funcionamento:** 80% do orçamento total.
- **Reitoria/Direção-Geral:** 10% do orçamento total.
- **Qualidade e Eficiência:** 10% do orçamento total.
- **Assistência Estudantil:** O valor destinado à assistência estudantil é deduzido antes da distribuição entre os demais blocos.

Para o cálculo da distribuição em cada bloco, são utilizados diferentes indicadores, como:

- **Número de matrícula total de cada instituição.**
- **Eficiência Acadêmica (IEA).**

- **Relação Aluno-Professor Presencial (RAPP).**
- **Indicador de Marcos Legais dos Cursos (IAML):** Considera o cumprimento de metas para cursos técnicos, formação de professores e educação de jovens e adultos.
- **Renda Familiar Per Capita (RFP).**

A partir desses indicadores, são realizados cálculos complexos, incluindo ponderações e coeficientes, para determinar a proporção de recursos que cada instituição receberá em cada bloco. A metodologia detalhada pode ser consultada no Anexo da Portaria nº 646/2022 (Brasil, MEC, 2022).

Costa (2022) propõem um novo modelo para a matriz orçamentária, buscando contemplar todos os itens previstos na legislação, recomendações de órgãos de controle e a melhoria do ensino, pesquisa, extensão e gestão. O modelo proposto utiliza variáveis como o número de alunos matriculados, o desempenho acadêmico e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A metodologia de cálculo inclui etapas de equalização, ponderação e bonificação das matrículas, considerando critérios específicos para cada nível de ensino (técnico, superior e pós-graduação).

No contexto da gestão orçamentária, Martins e Lavarda (2024) destacam a importância de considerar o desempenho na alocação de recursos. Os autores argumentam que a inclusão de indicadores de desempenho na matriz orçamentária pode incentivar a busca por eficiência e aprimoramento nas instituições de ensino.

1.5. Política de Permanência e Êxito do IFMT

A implementação de Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e o Êxito dos Estudantes na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) configura-se como uma necessidade premente no contexto educacional brasileiro. A evasão e a retenção, problemas persistentes que afetam a trajetória de muitos estudantes, demandam ações estratégicas e coordenadas para sua superação.

O Acórdão nº 506/2013 do TCU, ao analisar as ações da Rede Federal, evidenciou os desafios relacionados à evasão e retenção escolar, destacando a necessidade de medidas para o enfrentamento do problema. Diante desse cenário, a Nota Informativa nº 138/2015

da SETEC reforça a urgência da criação de Planos Estratégicos Institucionais que contemplem o diagnóstico das causas de evasão e retenção, bem como a implementação de políticas e ações para ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes.

A importância desses planos reside não apenas no combate à evasão e retenção, mas também na promoção de uma educação de qualidade e na garantia do direito à educação para todos. Conforme destaca a Nota Informativa nº 138/2015, "a educação brasileira é organizada em dois níveis - educação básica e educação superior e respectivas etapas de ensino", e a educação profissional e tecnológica se integra a esses diferentes níveis e etapas, articulando-se com as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (Brasil, 2015).

Nesse sentido, os Planos Estratégicos Institucionais assumem um papel fundamental na consolidação da educação como um direito social, indo além da simples expansão do acesso e buscando garantir a permanência e o êxito dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A Nota Informativa nº 138/2015 oferece diretrizes e recomendações para a elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais, que incluem:

- **Instituição de uma comissão interna**: responsável por coordenar e sistematizar a elaboração do plano, em colaboração com os campi.
- **Elaboração de diagnóstico quantitativo e qualitativo**: análise de dados para identificar as taxas de evasão, retenção e conclusão, bem como as causas desses fenômenos, por campus e por curso.
- **Consolidação do plano estratégico**: estruturação do plano, contemplando itens como justificativa, diagnóstico, estratégias de intervenção, metas, indicadores, cronograma, recursos e responsáveis.
- **Monitoramento e avaliação das ações**: acompanhamento da execução e análise dos resultados do plano, com atualização dos indicadores de evasão, retenção e conclusão.

Além disso, o Acórdão nº 506/2013 do TCU e (Alvarez, 2020) reforçam a importância de ações como:

- **Programas de assistência estudantil**: para minimizar os obstáculos socioeconômicos que podem levar à evasão.
- **Monitorias e nivelamento**: para auxiliar os estudantes com dificuldades de aprendizagem e promover seu sucesso acadêmico.
- **Estratégias de integração dos estudantes à vida acadêmica e social da instituição**: para fortalecer o sentimento de pertencimento e reduzir o risco de evasão.

A implementação efetiva desses planos, com base em um diagnóstico cuidadoso e em ações articuladas, pode contribuir significativamente para a redução da evasão e da retenção, promovendo a permanência e o êxito dos estudantes na Rede EPCT.

O Plano Estratégico Institucional de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFMT (Brasil, 2017), elaborado em 2017, configura-se como um marco na busca pela redução dos índices de evasão e retenção na instituição. Ancorado em um sólido diagnóstico institucional e em referenciais teóricos robustos, o PEIAPEE-IFMT apresenta um conjunto de objetivos, metas, estratégias e mecanismos de acompanhamento que visam promover a permanência e o sucesso dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O plano se fundamenta em autores como (Tinto, 1975, 1993), (Spady, 1970), (Bean, 1980) e (Cabrera *et al.*, 1992), que exploraram a temática da evasão e da persistência no ensino superior, contribuindo para a compreensão dos fatores que influenciam a trajetória dos estudantes.

Tinto (1975; 1993), por exemplo, destaca a importância da integração acadêmica e social dos estudantes para sua permanência na instituição. Spady (1970) enfatiza o papel das interações entre os estudantes e a instituição na construção de um ambiente favorável à aprendizagem e ao sucesso acadêmico. Bean (1980) explora as múltiplas causas da evasão, incluindo fatores acadêmicos, sociais, financeiros e institucionais. Já Cabrera *et al.* (1992) propõem um modelo teórico que integra diferentes perspectivas sobre a persistência estudantil, considerando a interação entre fatores individuais, institucionais e ambientais.

Ao se basear nesses referenciais teóricos, o PEIAPEE-IFMT demonstra um olhar estratégico sobre a evasão, reconhecendo a complexidade do fenômeno e a necessidade de ações para seu enfrentamento. O plano busca ir além das soluções simplistas e isoladas,

propondo um conjunto de estratégias que abordam os diversos fatores que podem influenciar a permanência e o êxito dos estudantes.

O PEIAPEE-IFMT estabelece metas ambiciosas para a redução da evasão e da retenção, almejando que, até o final da vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2024, os índices de evasão e retenção no IFMT estejam no máximo em 10%, e a taxa de permanência e êxito alcance pelo menos 90% para todos os cursos. Para atingir essas metas, o plano propõe um conjunto de estratégias abrangentes, que incluem:

- **Ações de acompanhamento e apoio pedagógico**: como monitorias, aulas de reforço, nivelamento e tutoria, visando auxiliar os estudantes com dificuldades de aprendizagem e promover seu sucesso acadêmico.
- **Ampliação da assistência estudantil**: por meio da oferta de bolsas, auxílios e outros benefícios, buscando minimizar os obstáculos socioeconômicos que podem levar à evasão.
- **Fortalecimento da relação entre a instituição e as famílias**: por meio de reuniões, visitas domiciliares e outras ações, buscando envolver os familiares no processo educativo e promover o apoio ao estudante.
- **Promoção de atividades de integração e acolhimento**: para fortalecer o sentimento de pertencimento dos estudantes à instituição e reduzir o risco de evasão.
- **Capacitação dos servidores**: para aprimorar as práticas pedagógicas e de gestão, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e do ambiente acadêmico.

O PEIAPEE-IFMT prevê mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos para acompanhar a execução e analisar os resultados das ações implementadas. A utilização de indicadores de desempenho, como as taxas de evasão, retenção e conclusão, permite verificar a efetividade do plano e realizar ajustes quando necessário. Além disso, o plano destaca a importância da participação da comunidade acadêmica no processo de acompanhamento e avaliação, por meio de comissões locais e da Comissão Central Permanente.

2. Estudo Empírico

Para compreender o complexo fenômeno da evasão escolar no IFMT, esta pesquisa se voltará para a realização de um estudo empírico, buscando aprofundar a análise e a compreensão das nuances que permeiam essa problemática. A escolha por um estudo empírico se justifica pela necessidade de ir além da teoria e mergulhar na realidade do problema, coletando dados diretamente da fonte e construindo um diagnóstico preciso e contextualizado. Através da análise das experiências será possível traçar um panorama detalhado acerca dos fatores que influenciam a evasão no IFMT, permitindo a formulação de soluções eficazes e a proposição de estratégias de intervenção direcionadas à realidade da instituição.

2.1. Metodologia

A evasão escolar, conforme descrito anteriormente, é um fenômeno complexo que impacta as instituições de ensino em diversas dimensões, incluindo a orçamentária e a pedagógica. Compreender o impacto de fenômeno exige uma abordagem metodológica que permita analisar tanto os dados quantitativos, como taxas de evasão e seus impactos financeiros, quanto os aspectos qualitativos, como as percepções dos gestores e as ações institucionais de permanência e êxito.

A realização deste estudo começou com uma pesquisa exploratória da literatura, com o objetivo de contextualizar o tema e reunir informações relevantes para a compreensão aprofundada do fenômeno da evasão escolar em diferentes instituições de ensino. Para isso, foram consultados artigos científicos, livros, dissertações e fontes confiáveis na internet que contribuíssem para o embasamento teórico do trabalho.

Com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos, o estudo adotou uma metodologia qualitativa utilizando a técnica de análise de conteúdo para interpretar os dados obtidos e integrar diferentes perspectivas sobre a evasão escolar e seus impactos institucionais e financeiros.

A pesquisa qualitativa, segundo Triviños (2008), possibilita uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais e educacionais, indo além da mera descrição dos fatos e buscando interpretar os significados e relações entre os elementos que compõem a realidade.

Método de pesquisa utilizada neste estudo é o “Estudo de Caso”. Um estudo de caso é um método de pesquisa que se concentra em uma instância específica, seja uma pessoa, um grupo, uma organização, um evento ou um programa, para compreendê-la em sua totalidade e complexidade. Essa abordagem visa aprofundar o conhecimento sobre o caso em particular, buscando descrever e interpretar os processos, as interações e os significados que o caracterizam. O estudo de caso pode ser usado para diferentes propósitos, como descrever um fenômeno, gerar hipóteses, desenvolver teorias ou avaliar programas (Godoy, 2006). No estudo da evasão escolar no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), o estudo de caso pretende contribuir na identificação dos fatores que contribuem para o problema e auxiliar na tomada de decisão, visando a implementação de medidas para reduzir a evasão e promover a permanência dos estudantes..

2.1.1. Análise da literatura

A **Análise da Literatura** serve para contextualizar o problema da evasão escolar no IFMT e fundamentar a elaboração de propostas para sua redução. Para atingir seus objetivos, será seguido o seguinte planejamento:

1. **Seleção de fontes de pesquisa:**
    - **Bases de dados acadêmicas:** Utilizar bases de dados como SciELO, CAPES, Google Acadêmico e Web of Science para encontrar artigos científicos, dissertações e teses relevantes sobre evasão escolar em Institutos Federais e outras instituições de ensino.
    - **Repositórios institucionais:** Consultar os repositórios institucionais do IFMT e de outras instituições de ensino para encontrar pesquisas e estudos realizados sobre o tema.
    - **Publicações governamentais:** Buscar relatórios, estudos e documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e de outras instituições governamentais que abordem a evasão escolar e políticas de permanência.
2. **Definição dos critérios de inclusão e exclusão:**
    - **Inclusão:** Estudos que abordem a evasão escolar em Institutos Federais ou outras instituições de ensino, que apresentem dados relevantes sobre os

fatores que contribuem para a evasão e/ou que proponham estratégias de enfrentamento.

- **Exclusão:** Estudos que não abordem o tema da evasão escolar, que não apresentem dados relevantes ou que não sejam aplicáveis ao contexto do IFMT.

3. **Levantamento e organização dos estudos:**
    - **Fichamento:** Elaborar fichas de leitura para cada estudo selecionado, incluindo informações como título, autores, ano de publicação, objetivos, metodologia, principais resultados e conclusões.
    - **Categorização:** Organizar os estudos em categorias temáticas, como fatores de risco para a evasão, estratégias de retenção, impacto da evasão, etc.
4. **Análise crítica dos estudos:**
    - **Síntese dos resultados:** Identificar os principais resultados e conclusões dos estudos, buscando convergências e divergências entre eles.
    - **Análise crítica:** Avaliar criticamente os estudos, considerando suas limitações, vieses e implicações para o contexto do IFMT.
5. **Elaboração do relatório da análise da literatura:**
    - **Apresentação dos resultados:** Apresentar os principais achados da análise da literatura de forma clara e concisa, utilizando gráficos e tabelas para sintetizar os resultados.
    - **Discussão:** Discutir os resultados em relação aos objetivos da pesquisa e ao contexto do IFMT, destacando as principais lacunas e desafios a serem enfrentados.
    - **Recomendações:** Formular recomendações para a elaboração de políticas e ações de retenção de alunos no IFMT, com base nas evidências encontradas na literatura e nas boas práticas identificadas.

Com isso, a análise da literatura cumprirá seus objetivos de:

- **Contextualizar o problema da evasão no IFMT:** Ao analisar estudos realizados em outras instituições de ensino, será possível identificar os principais fatores de risco para a evasão e as estratégias de enfrentamento adotadas, contextualizando o problema no IFMT e permitindo uma melhor compreensão de suas causas e consequências.
- **Identificar as principais lacunas e desafios a serem enfrentados:** A análise da literatura permitirá identificar as principais lacunas no conhecimento sobre a evasão escolar em Institutos Federais, especialmente em cursos à distância, e os desafios a serem enfrentados na elaboração de políticas e ações de retenção.
- **Fundamentar a elaboração de propostas para a redução da evasão e a melhoria da gestão institucional:** Ao identificar as principais estratégias de enfrentamento da evasão adotadas em outras instituições e avaliar sua efetividade, será possível fundamentar a elaboração de propostas para a redução da evasão e a melhoria da gestão institucional no IFMT.

2.1.2. Pesquisa Documental

A **Pesquisa Documental** visa analisar documentos institucionais e legais para traçar um panorama da evasão no IFMT, identificar políticas de enfrentamento e seus impactos financeiros. Para alcançar esse objetivo, será seguido o seguinte planejamento:

1. **Seleção e Coleta de Documentos:**
    - **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):** Analisar as metas, estratégias e ações relacionadas à evasão e permanência escolar.
    - **Relatórios de Gestão:** Verificar dados sobre matrículas, evasão, aprovação e reprovação, além de informações sobre ações de acompanhamento e apoio aos estudantes.
    - **Dados do SISTEC e da PNP:** Coletar dados sobre evasão e retenção.
    - **Lei nº 11.892/2008 e outras normativas:** Analisar a legislação relacionada à educação profissional e tecnológica, buscando identificar diretrizes e metas para o enfrentamento da evasão.

- **Outros documentos relevantes:** Buscar atas de reuniões, portarias, editais e outros documentos que possam fornecer informações sobre políticas e ações de enfrentamento da evasão no IFMT.

2. **Organização e Sistematização dos Dados:**
    - **Categorização:** Classificar os documentos em categorias temáticas (evasão, permanência, políticas, ações, etc.).
    - **Criação de um banco de dados:** Organizar os dados coletados em um banco de dados, utilizando planilhas ou softwares específicos, para facilitar a análise e a recuperação das informações.
    - **Elaboração de um índice:** Criar um índice dos documentos, com informações como título, data, tipo de documento, palavras-chave e um breve resumo do conteúdo, para facilitar a consulta e a análise.
3. **Análise de Conteúdo:**
    - **Leitura flutuante:** Realizar uma leitura inicial dos documentos para identificar os temas mais relevantes e as informações mais importantes.
    - **Categorização:** Criar categorias e subcategorias para agrupar as informações de acordo com os temas e objetivos da pesquisa.
    - **Codificação:** Atribuir códigos às informações relevantes, utilizando cores, números ou palavras-chave, para facilitar a análise e a comparação dos dados.
    - **Identificação de padrões:** Buscar padrões e regularidades nas informações, como frequência de termos, ideias recorrentes e relações entre os diferentes temas.
    - **Interpretação:** Analisar o significado das informações coletadas, buscando responder às perguntas de pesquisa e relacionando os dados com o referencial teórico.

Ao final da pesquisa documental, espera-se ter alcançado os seguintes objetivos:

- **Traçar um panorama da evasão escolar no IFMT:** Identificar o perfil dos estudantes que evadem, as principais causas da evasão e os cursos e campi com maiores índices de evasão.
- **Identificar as políticas e ações institucionais voltadas para o enfrentamento da evasão:** Analisar os programas, projetos e ações desenvolvidos pelo IFMT para combater a evasão, como programas de apoio pedagógico, acompanhamento de estudantes em risco e ações de integração entre os campi.
- **Analisar os impactos financeiros da evasão no orçamento da instituição:** Quantificar os custos da evasão, como a perda de recursos financeiros por aluno evadido, os custos com a reposição de vagas e o impacto no planejamento orçamentário da instituição.

2.2. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), um ambicioso projeto educacional brasileiro, destaca-se por sua estrutura singular e multifacetada, abrangendo desde a formação técnica e profissional até a pesquisa e a extensão, com especial ênfase na interiorização da oferta de ensino. Criada pela Lei nº 11.892/2008, a RFEPCT consolidou e ampliou a oferta de educação profissional e tecnológica em todo o país, buscando a democratização do acesso ao conhecimento e o impulsionamento do desenvolvimento socioeconômico das diversas regiões. No entanto, a trajetória da RFEPCT é marcada por desafios complexos e multidimensionais, que envolvem aspectos econômicos, políticos e sociais, demandando uma análise aprofundada para a compreensão de sua magnitude e a proposição de soluções eficazes.

A RFEPCT se destaca por sua proposta pedagógica inovadora, que se caracteriza pela verticalização do ensino, integrando diferentes níveis e modalidades de educação, desde a formação inicial e continuada (FIC) até o ensino médio integrado, a graduação e a pós-graduação. Essa integração vertical visa proporcionar aos estudantes múltiplas possibilidades de formação e qualificação profissional, em consonância com as demandas do mercado de trabalho e as necessidades regionais. A flexibilidade na construção de itinerários formativos, outro pilar da RFEPCT, permite que os estudantes personalizem

seus percursos de aprendizagem, valorizando suas experiências prévias e promovendo a inclusão de diversos perfis.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão é um elemento central da identidade da RFEPCT. A pesquisa aplicada, voltada para a solução de problemas concretos da sociedade, e a extensão, que busca levar o conhecimento produzido na academia para a comunidade, são eixos que se entrelaçam com o ensino, formando um tripé que impulsiona a inovação e o desenvolvimento tecnológico. Essa articulação permite que os Institutos Federais (IFs) atuem como verdadeiros agentes de transformação social, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

A gênese da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) remonta a 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices por Nilo Peçanha, então presidente da República, visando oferecer formação profissional para jovens carentes. Ao longo do século XX, essas escolas passaram por diversas transformações, impulsionadas por mudanças políticas, econômicas e sociais, culminando na criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e das Escolas Técnicas Federais (ETFs). Em 2008, a Lei nº 11.892 unificou essas instituições, criando a RFEPCT e expandindo sua atuação para todos os níveis e modalidades de ensino, integrando o ensino médio à educação técnica e ampliando a oferta de cursos superiores.

No início do século XX, o Brasil passava por um processo de industrialização e urbanização, demandando mão de obra qualificada para as indústrias nascentes. As Escolas de Aprendizes Artífices surgiram como resposta a essa demanda, oferecendo cursos profissionalizantes para jovens de baixa renda. O objetivo era formar trabalhadores para os setores industrial e comercial, suprindo a carência de mão de obra qualificada e contribuindo para o desenvolvimento econômico do país. No entanto, essas escolas enfrentaram desafios como a falta de recursos e a resistência de setores da elite que viam a educação profissional como uma ameaça à ordem social vigente.

Ao longo do século XX, as escolas de aprendizes artífices passaram por diversas transformações, refletindo as mudanças políticas e econômicas do país. Durante o período de industrialização acelerada, essas escolas foram fundamentais para a formação da mão de obra industrial, contribuindo para o crescimento econômico do país. Com a redemocratização, na década de 1980, a educação profissional ganhou novo impulso, com a criação de novas instituições e a expansão da oferta de cursos. No entanto, a falta de

investimentos e a desvalorização da educação profissional por parte dos governos da época limitaram o alcance dessas políticas.

Em 2008, a Lei nº 11.892 unificou os Cefets e as ETFs, criando a RFEPCT e estabelecendo um novo marco para a educação profissional e tecnológica no Brasil. A RFEPCT ampliou a oferta de cursos, abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino, e fortaleceu a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A criação da RFEPCT também impulsionou a interiorização da educação profissional, com a criação de novos campi em diversas regiões do país, democratizando o acesso ao ensino técnico e superior para jovens e adultos que antes não tinham essa oportunidade.

Apesar dos avanços, a RFEPCT enfrenta desafios significativos, como a evasão escolar, a sustentabilidade financeira e a garantia da qualidade do ensino. A evasão, presente em todos os níveis de ensino, compromete a eficiência da Rede e impacta diretamente seu orçamento, como apontado no relatório do TCU de 2021 (Brasil, TCU, 2021). A busca por soluções para a evasão, como a identificação de seus fatores e a implementação de políticas de retenção, são fundamentais para o sucesso da RFEPCT.

O financiamento da RFEPCT também é um desafio constante, especialmente em um contexto de restrição orçamentária. A busca por fontes alternativas de recursos, como parcerias com empresas e convênios com órgãos públicos, é fundamental para garantir a sustentabilidade financeira da Rede. Além disso, a garantia da qualidade do ensino, por meio da formação continuada de professores, da atualização dos currículos e da melhoria da infraestrutura, é essencial para que a RFEPCT cumpra sua missão de formar profissionais qualificados e cidadãos críticos.

A RFEPCT representa um marco na história da educação brasileira, com um papel fundamental na democratização do acesso ao conhecimento e no desenvolvimento socioeconômico do país. A superação dos desafios e o fortalecimento de suas características inovadoras estão entre as principais metas para que a RFEPCT continue a contribuir para a construção de um futuro mais justo e próspero para o Brasil.

A criação da RFEPCT impulsionou um processo de expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica no Brasil. Entre 2009 e 2019, o número de matrículas nos cursos técnicos de nível médio da RFEPCT cresceu 208,1% (Brasil, 2011, 2020), e o número de matrículas na graduação aumentou 267,3%, conforme dados do Censo da Educação Superior do INEP (Brasil, 2010, 2021). Essa expansão foi acompanhada pela

criação de novos campi, especialmente em regiões menos desenvolvidas do país, ampliando o acesso à educação profissional e tecnológica para jovens e adultos que antes não tinham essa oportunidade. Em 2023, a RFEPCT contava com mais de 976 mil ingressantes em seus diferentes níveis e modalidades de ensino, distribuídos em 64 instituições (Brasil, 2023).

A RFEPCT tem como um de seus princípios a atuação em prol do desenvolvimento socioeconômico local e regional. Para isso, os IFs buscam desenvolver projetos e ações que atendam às demandas das comunidades, promovendo a inclusão social e a geração de emprego e renda. A participação social é um elemento fundamental nesse processo, garantindo que as ações da RFEPCT estejam alinhadas com as necessidades da população e contribuam efetivamente para o desenvolvimento local.

Um exemplo da atuação da RFEPCT no desenvolvimento regional é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que ofereceu cursos de qualificação profissional para milhões de brasileiros em todo o país. O programa, que contou com a participação dos IFs na oferta de cursos, contribuiu para a redução do desemprego e para a melhoria da qualificação da mão de obra, impulsionando o desenvolvimento econômico e social das regiões atendidas.

A sustentabilidade financeira da RFEPCT é um desafio constante, agravado pela evasão escolar e pela restrição orçamentária. O Relatório de Avaliação da RFEPCT (Brasil, CGU, 2021a) aponta que a evasão impacta diretamente o orçamento das instituições, reduzindo a arrecadação e aumentando os custos. A evasão também compromete a eficiência da gestão dos recursos, pois parte dos investimentos em educação não se converte em resultados efetivos para os alunos que abandonam seus cursos.

Para enfrentar esse desafio, é necessário diversificar suas fontes de receita, por meio de parcerias com empresas, convênios com órgãos públicos e projetos de pesquisa e inovação. A gestão eficiente dos recursos existentes, por meio da otimização dos processos e da redução de custos, também é fundamental para garantir a sustentabilidade financeira da Rede. Além disso, é preciso investir em ações de retenção de alunos, como o acompanhamento pedagógico individualizado, o apoio financeiro e a oferta de atividades extracurriculares que promovam o engajamento e a permanência dos estudantes.

A RFEPCT, como política pública de educação, está sujeita às disputas e aos embates do campo político. A defesa de um projeto educacional inclusivo e democrático, que valorize a diversidade e a pluralidade, nem sempre encontra eco em governos e parlamentos dominados por interesses particulares e visões conservadoras. A implementação da Lei nº 11.892/2008 e a consolidação da Rede têm enfrentado resistências e obstáculos, como a falta de recursos, a burocracia, a dificuldade de atrair e reter professores qualificados, e a pressão por resultados imediatos, como apontado no Relatório de Avaliação da RFEPCT (Brasil, CGU, 2021a).

A superação dos desafios políticos exige a construção de uma ampla aliança em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, que envolva a comunidade acadêmica, os movimentos sociais, os sindicatos e outros setores da sociedade civil. É preciso fortalecer a participação democrática na gestão da RFEPCT, garantir a autonomia das instituições e defender o direito à educação como um bem público e um direito social fundamental. A construção de um projeto educacional inclusivo e democrático requer um diálogo constante com a sociedade, a fim de identificar e atender às demandas da população e garantir que a RFEPCT cumpra seu papel de agente de transformação social.

A RFEPCT tem como um de seus princípios a atuação em prol do desenvolvimento socioeconômico local e regional, o que implica a promoção da inclusão social, da justiça social e da redução das desigualdades. No entanto, a superação dos desafios sociais que se impõem à Rede exige ações que vão além da oferta de cursos e da formação profissional. A RFEPCT atende a um público diversificado, com diferentes necessidades e vulnerabilidades, o que demanda um olhar atento e sensível para as questões sociais que afetam o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes.

É preciso que os IFs atuem de forma articulada com as comunidades locais, identificando suas demandas e necessidades, e desenvolvendo projetos e ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população. A extensão, como um dos pilares da RFEPCT, desempenha um papel fundamental nesse processo, ao promover a interação entre a academia e a sociedade, e ao levar o conhecimento produzido nos IFs para a comunidade. A pesquisa aplicada, por sua vez, deve estar voltada para a solução de problemas concretos da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de tecnologias e soluções inovadoras que beneficiem a população.

A promoção da inclusão social e da justiça social também exige a adoção de políticas afirmativas que garantam o acesso e a permanência de estudantes de grupos socialmente vulneráveis, como negros, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de baixa renda. A Lei de Cotas, instituída em 2012, foi um passo importante nesse sentido, mas ainda há muito a ser (Bezerra & Gurgel, 2012; Sadocco et al., 2021).

2.3. Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

A trajetória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) é marcada por um compromisso inabalável com a educação pública de qualidade e acessível a todos, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Desde sua gênese em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices, até sua transformação no atual IFMT, a instituição tem se adaptado às demandas regionais e às mudanças socioeconômicas do país, expandindo sua atuação para todos os níveis e modalidades de ensino, desde a formação inicial e continuada (FIC) até a pós-graduação.

A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) em 2008, por meio da Lei nº 11.892, consolidou e ampliou a oferta de educação profissional e tecnológica em todo o Brasil, e o IFMT desempenhou um papel fundamental nesse processo em Mato Grosso. Atualmente, a instituição conta com 19 *campi* distribuídos estrategicamente pelo Estado, oferecendo uma ampla gama de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação, além de ensino médio e cursos de formação inicial e continuada (FIC).

A expansão do IFMT pelo estado de Mato Grosso reflete o compromisso da instituição com a interiorização da educação profissional e tecnológica, buscando atender às demandas específicas de cada região e promover o desenvolvimento socioeconômico local.

Ao analisar a localização e atuação de cada campus, por meio do PDI 2019-2023, revela a diversidade de contextos e a busca por soluções inovadoras e adaptadas à realidade de cada localidade (Brasil, 2019).

1. **Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva**: Também localizado na capital, este campus concentra-se na área de informática e tecnologias da informação, buscando atender à crescente demanda por profissionais qualificados nesse setor.

Nele se enfatiza a importância da inovação e do empreendedorismo, buscando fortalecer a relação com o setor produtivo e fomentar a criação de startups e empresas de base tecnológica. A oferta de cursos técnicos e superiores em áreas como informática, automação industrial e mecatrônica, além da realização de eventos e projetos de extensão voltados para o empreendedorismo, demonstram o potencial do campus em contribuir para o desenvolvimento econômico da região. O campus também se destaca pela oferta de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, contribuindo para a formação de pesquisadores e especialistas em áreas como tecnologia da informação e comunicação.

2. **Campus São Vicente**: Situado em uma região com grande potencial turístico, o campus oferece cursos técnicos e superiores em áreas como hotelaria, gastronomia e eventos. Valoriza o potencial turístico da região, buscando fomentar o desenvolvimento do setor e a geração de emprego e renda. A região enfrenta desafios como a profissionalização da mão de obra, a diversificação da oferta turística e a sustentabilidade do setor. O campus busca contribuir para a superação desses desafios, por meio da formação de profissionais qualificados e da realização de projetos de extensão em parceria com empresas e órgãos públicos do setor turístico. Além disso, o campus tem investido na oferta de cursos FIC voltados para a qualificação de trabalhadores em áreas como artesanato, culinária regional e ecoturismo.

3. **Campus Cáceres**: Situado em uma região com rica história e cultura, o campus oferece cursos técnicos e superiores em áreas como turismo, hotelaria e gastronomia. Zela pela valorização do patrimônio histórico e cultural da região, buscando fomentar o turismo e a economia criativa. A realização de eventos culturais e projetos de extensão voltados para a valorização do patrimônio local, em conjunto com a oferta de cursos profissionalizantes, demonstram o potencial do campus em contribuir para o desenvolvimento turístico e cultural da região. Além disso, o campus tem investido na formação de professores para a educação básica, por meio de cursos de licenciatura e programas de formação pedagógica.

4. **Campus Cuiabá - Bela Vista**: Localizado na capital do Estado, o campus atua em um contexto urbano dinâmico e diversificado, com demandas crescentes por qualificação profissional em áreas como gestão, tecnologia e saúde. O *Campus* destaca a importância de fortalecer a pesquisa e a pós-graduação, além de ampliar

a oferta de cursos na área da saúde, em sintonia com as necessidades da população local. A criação de novos cursos de graduação e pós-graduação em áreas como enfermagem, fisioterapia e nutrição, além da ampliação da oferta de cursos FIC na área da saúde, demonstram o compromisso do campus com a formação de profissionais qualificados para atender às demandas da capital mato-grossense.

5. **Campus Pontes e Lacerda**: Situado em uma região com forte presença da indústria madeireira, o campus oferece cursos técnicos e superiores em áreas como engenharia florestal e tecnologia da madeira. Enfatiza a importância da formação de profissionais qualificados para o setor madeireiro, buscando promover a sustentabilidade da produção e o desenvolvimento da cadeia produtiva. A região enfrenta desafios como o manejo florestal sustentável, a legalidade da produção e a agregação de valor aos produtos florestais. O campus, por meio de seus cursos e projetos de extensão em parceria com empresas e comunidades florestais, busca contribuir para a superação desses desafios.

6. **Campus Campo Novo do Parecis**: Localizado em uma região com grande potencial agrícola, com destaque para a produção de grãos, o campus oferece cursos técnicos e superiores em áreas como agronomia, agropecuária e alimentos. A transferência de tecnologia para o campo, por meio da oferta de cursos e da realização de projetos de extensão em parceria com cooperativas e associações de produtores rurais são preocupações para a região. O campus também se destaca pela pesquisa aplicada em áreas como melhoramento genético, manejo de pragas e doenças e produção de alimentos orgânicos, buscando aumentar a produtividade e a sustentabilidade da agricultura local.

7. **Campus Juína**: Localizado em uma região com grande biodiversidade, o campus oferece cursos técnicos e superiores em áreas como biologia, gestão ambiental e recursos pesqueiros. Destaca à pesquisa e do monitoramento da biodiversidade local, buscando soluções para os desafios da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável. A região enfrenta desafios como o desmatamento, a exploração ilegal de recursos naturais e a perda de biodiversidade. O campus, por meio de seus cursos e projetos de pesquisa e extensão em parceria com órgãos ambientais e comunidades tradicionais, busca contribuir para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da região. O campus também se

destaca pela oferta de cursos FIC voltados para a qualificação de trabalhadores em áreas como agricultura familiar, extrativismo sustentável e turismo ecológico.

8. **Campus Confresa**: Situado em uma região com forte vocação para o agronegócio, o campus oferece cursos técnicos e superiores em áreas como agricultura, zootecnia e gestão ambiental. Nele destaca-se a importância da pesquisa aplicada e da extensão tecnológica no setor agropecuário, buscando soluções para os desafios da produção de alimentos e da sustentabilidade ambiental. A região enfrenta desafios como a sustentabilidade da produção agrícola, a preservação ambiental e a segurança alimentar. O campus, por meio de seus cursos e projetos de pesquisa e extensão em parceria com produtores rurais e empresas do agronegócio, busca contribuir para a superação desses desafios, promovendo o desenvolvimento sustentável do agronegócio e a formação de profissionais qualificados para o setor.

9. **Campus Rondonópolis**: Localizado em um importante polo industrial e logístico, o campus oferece cursos técnicos e superiores em áreas como logística, automação industrial e mecânica. Destaca a importância da formação de profissionais para o setor industrial, buscando atender às demandas do mercado de trabalho local e regional. A região enfrenta desafios como a modernização da indústria, a qualificação da mão de obra e a atração de investimentos. O campus busca contribuir para a superação desses desafios, por meio da formação de profissionais qualificados e da realização de projetos de pesquisa e extensão em parceria com empresas do setor industrial. Além disso, o campus tem investido na oferta de cursos superiores em áreas como engenharia de produção, engenharia elétrica e administração, buscando formar profissionais com perfil empreendedor e inovador.

10. **Campus Sorriso**: Localizado em uma região com grande potencial agrícola, com destaque para a produção de grãos e algodão, o campus oferece cursos técnicos e superiores em áreas como agronomia, agropecuária e alimentos. O campus destaca a importância da pesquisa aplicada e da extensão tecnológica, buscando soluções para os desafios da produção agropecuária e da sustentabilidade ambiental. O campus também se destaca pela oferta de cursos FIC voltados para a qualificação de trabalhadores em áreas como operação de máquinas agrícolas, gestão rural e produção de alimentos. A região enfrenta desafios como a

mecanização da produção, a gestão de recursos hídricos e a necessidade de diversificação da produção agrícola. O campus busca contribuir para a superação desses desafios, por meio da formação de profissionais qualificados e da realização de projetos de pesquisa e extensão que promovam o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

11. **Campus Várzea Grande**: Várzea Grande é a segunda maior cidade do Estado de Mato Grosso e faz parte da região metropolitana de Cuiabá. A população de Várzea Grande é predominantemente urbana e, em 2014, era estimada em quase 300 mil habitantes. A cidade é conhecida por sua infraestrutura moderna e por ser um importante centro comercial e industrial. O Campus Várzea Grande do IFMT está situado em um contexto socioeconômico desafiador, refletido nos indicadores do documento. A cidade, apesar de seu rápido crescimento e importância econômica para a região, ainda enfrenta problemas como um percentual de analfabetismo de 9%, uma taxa de mortalidade infantil de 17,16% e um índice de desemprego de 7,5%. Esses dados apontam para desigualdades sociais e dificuldades no acesso à educação e saúde, que impactam diretamente a população local. O IFMT em Várzea Grande assume um papel importante ao oferecer oportunidades de educação profissional e tecnológica, contribuindo para a qualificação da mão de obra e o desenvolvimento social da região, buscando superar os desafios socioeconômicos presentes.

12. **Campus Barra do Garças**: Situado em uma região com grande potencial turístico e rica biodiversidade, o campus oferece cursos técnicos e superiores em áreas como turismo, hotelaria, meio ambiente e informática. O campus destaca a importância da pesquisa aplicada e da extensão tecnológica, buscando soluções para os desafios do turismo sustentável e da preservação ambiental. O campus também se destaca pela oferta de cursos FIC voltados para a qualificação de trabalhadores em áreas como artesanato, culinária regional e ecoturismo. A região enfrenta desafios como a sazonalidade do turismo, a falta de infraestrutura e a necessidade de diversificação da economia local. O campus busca contribuir para a superação desses desafios, por meio da formação de profissionais qualificados e da realização de projetos de pesquisa e extensão que promovam o desenvolvimento sustentável da região.

13. **Campus Primavera do Leste**: Localizado em uma região com forte presença do agronegócio e da indústria de alimentos, o campus oferece cursos técnicos e superiores em áreas como agronomia, agropecuária, alimentos e logística. O campus destaca a importância da pesquisa aplicada e da extensão tecnológica, buscando soluções para os desafios da produção agropecuária, da indústria de alimentos e da logística. O campus também se destaca pela oferta de cursos FIC voltados para a qualificação de trabalhadores em áreas como operação de máquinas agrícolas, processamento de alimentos e gestão de logística. A região enfrenta desafios como a sustentabilidade da produção agropecuária, a segurança alimentar e a logística de transporte. O campus busca contribuir para a superação desses desafios, por meio da formação de profissionais qualificados e da realização de projetos de pesquisa e extensão que promovam o desenvolvimento sustentável da região.

14. **Campus Alta Floresta**: Localizado em uma região com forte presença do agronegócio e da indústria madeireira, o campus oferece cursos técnicos e superiores em áreas como agropecuária, informática e meio ambiente. O campus destaca a importância da pesquisa aplicada e da extensão tecnológica, buscando soluções para os desafios da produção agropecuária e da sustentabilidade ambiental. O campus também se destaca pela oferta de cursos FIC voltados para a qualificação de trabalhadores em áreas como agricultura familiar, manejo florestal e turismo rural. A região enfrenta desafios como o desmatamento, a exploração ilegal de madeira e a falta de mão de obra qualificada. O campus busca contribuir para a superação desses desafios, por meio da formação de profissionais qualificados e da realização de projetos de pesquisa e extensão que promovam o desenvolvimento sustentável da região.

15. **Campus Avançado Tangará da Serra**: Tangará da Serra é um município localizado no sudoeste do estado de Mato Grosso, a 241 km da capital Cuiabá. O município possui uma área de 11.391,314 km², sendo que 51% é área de reserva indígena. A população de Tangará da Serra é de 83.431 habitantes, segundo o Censo IBGE de 2010. A cidade é importante polo econômico no oeste mato-grossense, apresenta um perfil socioeconômico marcado por contrastes. Alicerçada na agropecuária e mineração, a cidade demonstra pujança com um PIB per capita expressivo e um setor de serviços em ascensão. No entanto, indicadores

sociais como a taxa de analfabetismo e a mortalidade infantil revelam desafios a serem superados. A renda per capita, embora acima da média estadual, evidencia desigualdades sociais latentes. Tangará da Serra, portanto, encontra-se em um momento de busca pelo equilíbrio do seu desenvolvimento econômico com a promoção de maior justiça social e acesso a oportunidades para todos os seus cidadãos.

16. **Campus Avançado Diamantino**: Localizado em uma região com forte presença da agricultura familiar e da produção de alimentos orgânicos, o campus oferece cursos técnicos e superiores em áreas como agronomia, agropecuária e alimentos. O campus destaca a importância da pesquisa aplicada e da extensão tecnológica, buscando soluções para os desafios da produção de alimentos orgânicos e da agricultura familiar. O campus também se destaca pela oferta de cursos FIC voltados para a qualificação de trabalhadores em áreas como produção de alimentos orgânicos, processamento de alimentos e agroecologia. A região enfrenta desafios como a falta de assistência técnica, o acesso a mercados e a necessidade de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar. O campus busca contribuir para a superação desses desafios, por meio da formação de profissionais qualificados e da realização de projetos de pesquisa e extensão que promovam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

17. **Campus Avançado Lucas do Rio Verde**: Situado em um importante polo do agronegócio, o campus oferece cursos técnicos e superiores em áreas como agronomia, agropecuária e alimentos. O campus destaca a importância da pesquisa aplicada e da extensão tecnológica, buscando soluções para os desafios da produção agropecuária e da sustentabilidade ambiental. O campus também se destaca pela oferta de cursos FIC voltados para a qualificação de trabalhadores em áreas como operação de máquinas agrícolas, gestão rural e produção de alimentos. A região enfrenta desafios como a mecanização da produção, a gestão de recursos hídricos e a necessidade de diversificação da produção agrícola. O campus busca contribuir para a superação desses desafios, por meio da formação de profissionais qualificados e da realização de projetos de pesquisa e extensão que promovam o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

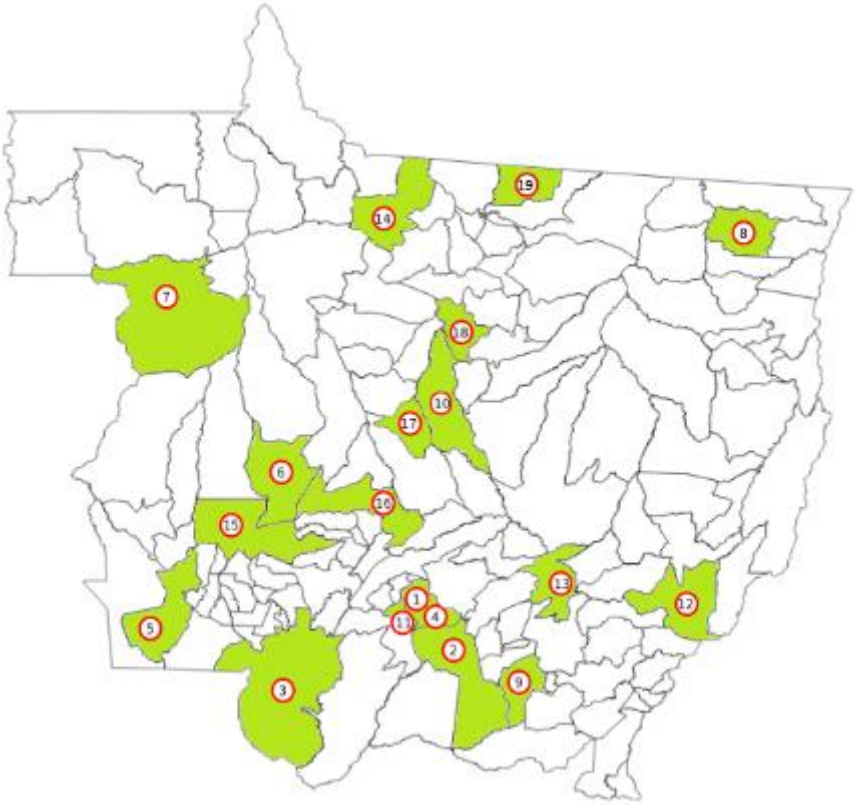
18. **Campus Avançado Sinop**: Situado em um importante polo do agronegócio e da indústria madeireira, o campus oferece cursos técnicos e superiores em áreas

como agronomia, agropecuária, engenharia florestal e tecnologia da madeira. O campus destaca a importância da pesquisa aplicada e da extensão tecnológica, buscando soluções para os desafios da produção agropecuária, da indústria madeireira e da sustentabilidade ambiental. O campus também se destaca pela oferta de cursos FIC voltados para a qualificação de trabalhadores em áreas como operação de máquinas agrícolas, manejo florestal e processamento de madeira. A região enfrenta desafios como o desmatamento, a exploração ilegal de madeira e a falta de mão de obra qualificada. O campus busca contribuir para a superação desses desafios, por meio da formação de profissionais qualificados e da realização de projetos de pesquisa e extensão que promovam o desenvolvimento sustentável da região.

19. **Campus Avançado Guarantã do Norte**: Guarantã do Norte, município com forte vocação agropecuária, apresenta uma economia diversificada, impulsionada pela produção de leite e derivados (cerca de 22 milhões de litros por ano), arroz (mais de 120 mil toneladas em 2004) e pecuária bovina (com um rebanho de aproximadamente 300 mil cabeças). Com um PIB per capita de R$ 9.617, superior à média estadual, a cidade demonstra dinamismo econômico. No entanto, apesar do desenvolvimento, ainda enfrenta desafios sociais, como o acesso à educação e saúde, evidenciados pela presença do IFMT em busca de promover a formação profissional e tecnológica na região. A história de colonização e os fluxos migratórios contribuíram para a formação de uma sociedade plural, com cerca de 32 mil habitantes, que busca equilibrar o desenvolvimento econômico com a garantia de bem-estar social.

A *Figura 2* apresenta uma a distribuição dos campi do IFMT no Estado de Mato Grosso, demonstrando a sua capilaridade de atuação.

Figura 2 - Distribuição Geográfica dos Campi do IFMT 2023



Fonte: (Brasil, 2018).

O IFMT tem como um de seus princípios a atuação em prol do desenvolvimento socioeconômico local e regional. Para isso, a instituição busca desenvolver projetos e ações que atendam às demandas das comunidades, promovendo a inclusão social e a geração de emprego e renda

A participação social é um elemento fundamental nesse processo, garantindo que as ações do IFMT estejam alinhadas com as necessidades da população e contribuam efetivamente para o desenvolvimento local. O IFMT tem buscado fortalecer a participação social por meio da criação de conselhos comunitários, da realização de audiências públicas e da promoção de projetos de extensão que envolvam a comunidade.

Dados do CONIF (Lopes & Almeida, 2021) mostram que a instituição tem investido em projetos de extensão em diversas áreas, como educação, saúde, meio ambiente, cultura e tecnologia. O relatório de avaliação da RFEPCT (Brasil, CGU, 2021a) destaca a importância da extensão para o desenvolvimento regional e para a promoção da inclusão

social, e aponta que o IFMT tem se destacado na realização de projetos que atendem às demandas locais.

A atuação do IFMT em Mato Grosso, o terceiro maior estado do país em extensão territorial, apresenta desafios específicos relacionados às dimensões continentais do estado e às suas particularidades socioeconômicas. A grande extensão territorial e a dispersão da população dificultam o acesso de muitos jovens e adultos à educação profissional e tecnológica, demandando a criação de novas unidades e a oferta de cursos a distância. O relatório da (Brasil, CGU, 2021a) aponta que a falta de infraestrutura e de recursos humanos qualificados são desafios a serem superados pela RFEPCT, especialmente em regiões mais remotas e com menor densidade demográfica.

A economia de Mato Grosso, baseada principalmente no agronegócio, apresenta demandas específicas por mão de obra qualificada, o que exige do IFMT a oferta de cursos e programas de formação que atendam a essas demandas. O PDI 2019-2023 do IFMT destaca a importância de fortalecer a articulação com o setor produtivo, por meio da realização de projetos de pesquisa e extensão em parceria com empresas e cooperativas, e da oferta de cursos FIC que atendam às necessidades do mercado de trabalho local (Brasil, 2019).

A desigualdade social e a pobreza, presentes em diversas regiões do estado, também representam desafios para a inclusão de estudantes de baixa renda e grupos socialmente vulneráveis, demandando a implementação de políticas de assistência estudantil e ações afirmativas que garantam o acesso e a permanência desses estudantes nos cursos. O relatório da (Brasil, CGU, 2021a) sobre a assistência estudantil na RFEPCT aponta que a demanda por auxílios estudantis é alta, especialmente entre os estudantes de baixa renda e aqueles que residem em municípios distantes dos campi. A ampliação da oferta de auxílios e a melhoria da gestão da assistência estudantil são desafios a serem enfrentados pelo IFMT.

A evasão escolar, presente em todos os níveis de ensino do IFMT, emerge como um desafio significativo para o cumprimento de sua missão institucional. Conforme apontado no relatório do (Brasil, 2024), a taxa média de evasão nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFMT era de 25,5%, enquanto nos cursos superiores a taxa era de 16,5%. Esses números alarmantes evidenciam a necessidade de ações urgentes para combater a evasão e garantir o acesso e a permanência dos estudantes na instituição. O relatório de

recomendações da RFEPCT (Brasil, CGU, 2021b) aponta a necessidade de implementar ou aperfeiçoar programas de combate à evasão, por meio do uso de instrumentos de gestão por resultados e do fortalecimento dos sistemas de monitoramento e informação.

A evasão escolar gera impactos negativos não apenas para os estudantes que abandonam seus cursos, mas também para o IFMT. A perda de alunos resulta em perda de receitas, aumento de custos e ineficiência na alocação de recursos, comprometendo a qualidade do ensino e a oferta de serviços. Além disso, a evasão prejudica a reputação da instituição e limita o potencial de desenvolvimento regional, ao reduzir o número de profissionais qualificados formados pelo IFMT.

A RFEPCT, e o IFMT como parte integrante, representa um importante instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico e da inclusão social em Mato Grosso. A superação dos desafios enfrentados pela Rede, como a evasão escolar, a sustentabilidade financeira e a garantia da qualidade do ensino, exige um esforço conjunto de gestores, docentes, estudantes e da sociedade como um todo.

É fundamental que o IFMT continue a investir na expansão e interiorização da oferta de cursos, na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e na promoção da inclusão social e da justiça social. A identificação e análise dos fatores que contribuem para a evasão escolar, bem como a implementação de políticas e ações eficazes para a retenção de alunos, são premissas para garantir o sucesso da instituição e seu papel no desenvolvimento de Mato Grosso. O fortalecimento da gestão institucional, a melhoria dos processos de acompanhamento e avaliação, e o investimento em infraestrutura e recursos humanos qualificados são medidas essenciais para que o IFMT possa superar os desafios e continuar a cumprir sua missão de formar cidadãos críticos e profissionais qualificados, capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável e a transformação social do estado e do país.

2.4. Análise e Discussão dos Resultados

Esse capítulo tem como objetivo apresentar os achados da pesquisa sobre a evasão escolar no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), interpretando-os à luz do referencial teórico previamente abordado. Nesta seção, são explorados os dados coletados e as tendências identificadas ao longo do estudo, com foco nas taxas de evasão, suas variações entre os

campi e modalidades de ensino, bem como nos fatores que contribuem para a permanência ou desistência dos alunos. A discussão busca não apenas descrever os resultados obtidos, mas também relacioná-los com as políticas institucionais existentes, destacando seus impactos financeiros e a eficácia das estratégias de retenção. Por meio dessa análise, pretende-se oferecer uma compreensão aprofundada do fenômeno, identificar pontos críticos e propor recomendações para o aprimoramento das ações de combate à evasão escolar no IFMT.

2.4.1. Consolidação dos Dados

A Consolidação dos Dados apresenta uma síntese das informações coletadas ao longo da pesquisa, reunindo os dados provenientes das plataformas institucionais, análises documentais e indicadores de evasão escolar no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Essa etapa tem como objetivo organizar de forma clara e estruturada os dados quantitativos e qualitativos obtidos, proporcionando uma visão abrangente das taxas de evasão nos diferentes campi e modalidades de ensino, além de identificar tendências e padrões ao longo do período analisado. A consolidação dos dados é essencial para a interpretação precisa dos resultados e para fundamentar a discussão subsequente sobre os fatores que influenciam a permanência ou a desistência dos alunos, permitindo uma análise mais robusta e orientada das causas e impactos da evasão escolar no IFMT.

2.4.2. Pesquisa Bibliométrica/Bibliográfica

A *Tabela 1* e a *Tabela 2* apresentam os resultados da pesquisa bibliométrica realizada em quatro bases de dados: Plataforma Sucupira, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Observatório do Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional (ProfEPT).

A *Tabela 1* mostra o número de trabalhos encontrados em cada base de dados, utilizando as palavras-chave "evasão escolar", "retenção escolar", "desistência escolar" e "política de permanência", independentemente do ano de publicação. A *Tabela 2* mostra o número de trabalhos encontrados em cada base de dados, utilizando as mesmas palavras-chave, mas no período de 2019 a 2023.

É importante destacar que no Observatório do Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional (ProfEPT) não foi possível se aprofundar nos trabalhos, pois o sistema não permitia acesso a eles.

Analisando as tabelas, podemos observar que a temática da evasão escolar tem sido abordada em diversas pesquisas, principalmente nos últimos anos. O número de trabalhos encontrados nas bases de dados, utilizando as palavras-chave "evasão escolar", "retenção escolar", "desistência escolar" e "política de permanência", é bastante expressivo, o que demonstra a relevância do tema para a área educacional.

Podemos observar também que a Plataforma Sucupira e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES são as bases de dados que concentram o maior número de trabalhos sobre o tema. Isso se deve, provavelmente, ao fato de essas bases de dados serem mais abrangentes e indexarem trabalhos de diversas áreas do conhecimento.

A pesquisa bibliométrica realizada permitiu traçar um panorama da produção científica sobre evasão escolar nos Institutos Federais, evidenciando a profundidade da temática. O grande número de trabalhos encontrados demonstra que o tema tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores, o que contribui para o aprofundamento do conhecimento sobre o problema e para a formulação de soluções eficazes.

Vale ressaltar que a pesquisa bibliométrica é uma ferramenta importante para o desenvolvimento de pesquisas científicas, pois permite mapear e analisar a produção científica sobre um determinado tema, o que contribui para a identificação de lacunas e tendências de pesquisa. No caso da presente pesquisa, a pesquisa bibliométrica permitiu traçar um panorama da produção científica sobre evasão escolar nos Institutos Federais, o que contribuiu para a delimitação do tema e para a formulação dos objetivos da pesquisa.

Tabela 1 - Pesquisa Bibliométrica independente do ano

	Plataforma Sucupira	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	Observatório do Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional (ProfEPT)
Evasão escolar	532	1099	1442	19
Retenção escolar	32	199	819	2
Desistência escolar	4	73	208	0
Política de permanência	116	1975	5092	2

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Tabela 2 - Pesquisa Bibliométrica no período de 2019 a 2023

	Plataforma Sucupira	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	Observatório do Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional (ProfEPT)
Evasão escolar	20	288	548	19
Retenção escolar	12	16	282	2
Desistência escolar	3	4	72	0
Política de permanência	65	243	1997	2

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Após as buscas nas diversas bases de dados e análise preliminar dos resultados observa-se que a evasão escolar é um problema complexo que afeta as instituições de ensino em diversas dimensões. Para compreendê-lo e enfrentá-lo de forma eficaz, é importante analisar o fenômeno sob diferentes perspectivas.

A partir desse levantamento iniciou-se uma seleção minuciosa dos achados buscando informações que pudessem contribuir para essa pesquisa. Para essa seleção, foram estabelecidos os seguintes critérios:

1. **Relevância para o tema da dissertação:** Os trabalhos foram selecionados por sua pertinência ao tema da evasão escolar, com foco no contexto dos Institutos Federais.

2. **Contribuição específica:** Cada trabalho foi classificado na área que melhor representa sua contribuição específica para a compreensão do problema da evasão.
3. **Abrangência:** As áreas foram definidas de forma a abranger as diversas dimensões do problema da evasão, incluindo causas, consequências, políticas e ações de enfrentamento, e fatores que influenciam o fenômeno.

Os achados enquadrados selecionados nessa primeira etapa foram segmentados em grupos conforme a sua principal temática de discussão, gerando a seguinte distribuição:

- **Evasão, Retenção e Permanência:** Achados que buscam analisar os impactos da evasão e propõem soluções para a permanência dos estudantes.
- **Papel dos Gestores e da Gestão:** Achados que investigam o papel dos gestores no enfrentamento da evasão.
- **Impacto Orçamentário:** Achados que analisam o impacto financeiro da evasão.
- **Políticas Públicas e Institucionais:** Achados que abordam as políticas públicas e institucionais relacionadas à evasão, contextualizando o problema em um cenário mais amplo.
- **Educação Profissional e Tecnológica:** Achados que se concentram na evasão nos Institutos Federais, que oferecem educação profissional e tecnológica.
- **Fatores que influenciam a evasão:** Achados que buscam identificar os fatores que contribuem para a evasão.

A segmentação criada, portanto, tem como objetivo organizar os trabalhos relacionados ao tema da dissertação de forma lógica e coerente, facilitando a análise e a compreensão do problema da evasão escolar.

Ao todo, foram selecionados 55 trabalhos relevantes para a temática da dissertação, distribuídos em 6 categorias: "Evasão, Retenção e Permanência" (20 trabalhos), "Papel dos Gestores e da Gestão" (8 trabalhos), "Impacto Orçamentário" (4 trabalhos), "Políticas Públicas e Institucionais" (8 trabalhos), "Educação Profissional e Tecnológica" (6 trabalhos), "Fatores que influenciam a evasão" (7 trabalho) e 6 outros trabalhos listados de forma independente.

Os trabalhos que compõem o item "Trabalhos que não se enquadram em nenhum grupo", embora não abordem diretamente a evasão no contexto dos parâmetros estabelecidos, oferecem contribuições relevantes para a compreensão de fenômenos adjacentes que podem influenciar a trajetória dos estudantes.

A seleção criteriosa desses trabalhos, abrangendo diferentes perspectivas e áreas de pesquisa, busca garantir uma análise abrangente e aprofundada do problema da evasão. As pesquisas fornecem o embasamento teórico e metodológico para a investigação, permitindo a identificação dos fatores que influenciam a evasão, a análise do impacto financeiro do problema e a avaliação das políticas públicas e institucionais existentes.

A diversidade de trabalhos selecionados, incluindo pesquisas quantitativas e qualitativas, nacionais e internacionais, contribui para a construção de um panorama completo sobre a evasão no contexto da educação profissional e tecnológica. A análise dos trabalhos possibilita a formulação de soluções eficazes para o problema, com foco na retenção de alunos e na promoção do sucesso acadêmico.

Os trabalhos selecionados foram:

I. Evasão, Retenção e Permanência:

Tabela 3 - Conjunto de Trabalhos sobre "Evasão, Retenção e Permanência".

Ord.	Título	Autor	Resumo
1	Evasão em cursos de graduação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma revisão bibliográfica	(Tavares & Passone, 2023)	Investiga as causas da evasão nos cursos de graduação dos Institutos Federais, incluindo a evasão feminina.
2	A evasão no ensino superior brasileiro	(Silva Filho et al., 2007)	Analisa a evasão no ensino superior no Brasil, com base em dados oficiais e comparações internacionais.
3	A Evasão Universitária: Uma Análise Além Dos Números	(Nagai, 2015)	Compara as razões da evasão em diferentes cursos da UFMT, considerando aspectos demográficos.
4	Gestão Da Permanência No Ensino Superior: Fatores De Evasão E Estratégias De Permanência Presentes Nas Pesquisas Brasileiras	(Kampff, Petrarca, Teixeira & Mentges, 2018)	Revisa pesquisas sobre evasão e permanência no ensino superior, identificando fatores de risco e estratégias de permanência.
5	Permanência E Evasão Na Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica: Um Debate Necessário	(Silva, 2024)	Discute a evasão e a permanência na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com foco nos desafios e debates necessários.

6	Evasão escolar dos cursos superiores das instituições públicas da região do Araguaia	(Silvestro *et al.*, 2021)	Verifica os índices e os motivos da evasão dos alunos no IFMT Campus Barra do Garças e na UFMT Campus do Araguaia, na visão do professor.
7	A evasão na educação superior: definições e trajetórias	(Coimbra , Silva & Costa, 2021)	Discute o conceito de evasão e sua importância na formulação de políticas para o Ensino Superior Federal.
8	Ensino superior público e privado na Paraíba nos últimos 15 anos: reflexões sobre o acesso, a permanência e a conclusão	(Branco, 2020)	Analisa a evasão na educação superior na Paraíba, utilizando dados do Censo da Educação Superior e reflexões sobre o acesso, a permanência e a conclusão.
9	Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica	(Santos Baggi & Lopes, 2011)	Analisa a produção teórica sobre a evasão e sua relação com a avaliação institucional no ensino superior.
10	Estudo Da Evasão Universitária Em Contextos Emergentes: Desafios À Permanência Estudantil	(Pereira & Reis, 2020)	Investiga a evasão de alunos em um Campus de uma universidade federal, buscando compreender os desafios à permanência estudantil.
11	Eficiência e produtividade nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil	(Parente *et al.*, 2021)	Analisa a evolução da eficiência e da produtividade dos gastos públicos nos Institutos Federais, considerando o impacto da evasão.
12	Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá – um processo de exclusão	(Veloso & Almeida, 2002)	Analisa a evasão na Universidade Federal de Mato Grosso, buscando compreender as causas e propor soluções.
13	Dropout in Higher Education: A Review and Theoretical Synthesis of Recent Research	(Tinto & Cullen, 1973)	Apresenta uma revisão e síntese teórica de pesquisas sobre evasão no ensino superior.
14	Dropout from Higher Education: A Theoretical Synthesis of Recent Research	(Tinto, 1975)	Discute a evasão no ensino superior, analisando suas causas e consequências.
15	A evasão escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise dos planos estratégicos de permanência e êxito.	(Ramos Neto, 2019)	Analisa os planos estratégicos de permanência e êxito dos Institutos Federais, buscando entender como essas políticas institucionais impactam a evasão escolar.
16	Análise de Cursos de Graduação à Distância no IFMT: Proposta de Permanência e Redução da Evasão	(Araújo, 2020)	Analisa cursos de graduação à distância no IFMT, com foco na permanência e redução da evasão.
17	Monitoramento Da Evasão Escolar Nos Cursos Técnicos Integrados Ao Nível Médio No Ifmt - Campus Alta Floresta	(Silva, 2021)	Monitora a evasão escolar nos cursos técnicos integrados ao nível médio no IFMT - Campus Alta Floresta, fornecendo dados específicos sobre a realidade local.
18	Deserción Estudiantil en la Educación Superior Técnico-Profesional: Explorando los factores que	(Gonzále z Catalán & Arismen	Este trabalho analisa os fatores que explicam a evasão de estudantes em uma instituição de ensino técnico-profissional, com foco nos alunos do primeiro ano.

	inciden en alumnos de primer año	di Vera, 2018)	
19	Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões	(Figueiredo & Salles, 2017)	Esta pesquisa analisa as causas de evasão no primeiro período de um curso técnico do Cefet/RJ, buscando compreender as relações entre os diversos elementos presentes nos discursos dos ex-alunos.
20	Evasão escolar em cursos de educação profissional a distância: um levantamento de suas principais causas	(Filho & Carvalho, 2019)	Este estudo levanta as principais causas da evasão escolar em cursos de educação profissional a distância, por meio de uma pesquisa bibliográfica em bancos de dados como SciELO, Capes periódicos e Google Acadêmico.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

II. Papel dos Gestores e da Gestão:

Tabela 4 - Conjunto de Trabalhos sobre "Papel dos Gestores e da Gestão".

Ord.	Título	Autor	Resumo
1	Evasão do PROEJA: O Caso do IFMT – Campus Cuiabá	(Filho *et al.*, 2021)	Analisa a evasão no PROEJA no IFMT – Campus Cuiabá, considerando a visão de gestores, docentes e discentes.
2	A cultura informacional na gestão escolar: um estudo com foco no combate à evasão	(Nobre, 2020)	Investiga a cultura informacional na gestão escolar e como ela pode contribuir para o combate à evasão.
3	Relação Entre Processo De Ingresso E Evasão Na Rede Federal De Educação Profissional E Tecnológica	(Ferreira; Valer, 2020)	Analisa a relação entre o processo de ingresso e a evasão na Rede Federal, defendendo a qualificação do processo de ingresso como forma de reduzir a evasão.
4	Indicadores de evasão e baixa procura nos cursos de licenciatura do IFFAr – Campus São Vicente do Sul: rearticulações na gestão	(Maia, 2018)	Analisa os fatores que interferem na baixa procura de vagas e na evasão nos cursos de licenciatura do Instituto Federal Farroupilha (IFFAr)– Campus São Vicente do Sul.
5	Considerações sobre a Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT	(Almeida Neto, Santana & Ribeiro, 2010)	Tece considerações sobre a gestão da RFEPCT e a busca por uma análise crítica, positiva e propositiva, que fornece elementos que melhorem a atuação de toda esta rede.
6	Evasão escolar: um problema que se perpetua na educação brasileira	(Oliveira & Nóbrega, 2021)	Busca informações consistentes que embasem as discussões sobre abandono e evasão escolar na Educação Básica para contribuir com a formação docente.
7	Gestão educacional: proposta de uma abordagem objetiva para mensuração da eficiência da rede federal de educação	(Silva, Sá & Freitas, 2022)	Propõe uma abordagem objetiva para mensurar a eficiência da rede federal de educação, utilizando técnicas de Análise de Componentes Principais

Fonte: Elaborado pelo Autor.

III. Impacto Orçamentário:

Tabela 5 - Conjunto de Trabalhos sobre "Impacto Orçamentário".

Ord.	Título	Autor	Resumo
1	Matriz Orçamentária da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: uma Ferramenta de Análise entre a Relação Aluno Matriculado Versus Aluno Contabilizado	(De Oliveira et al., 2022)	Apresenta possibilidades de análise da matriz orçamentária da Rede Federal, considerando o impacto das matrículas no orçamento.
2	O Impacto Da Evasão E Retenção Sobre O Financiamento De Universidades Federais Brasileiras: Um Estudo A Partir Do Indicador Aluno Equivalente	(Brandão, 2018)	Analisa o impacto da evasão e retenção no financiamento das universidades federais, utilizando o indicador aluno equivalente.
3	Indicadores de avaliação da gestão orçamentária universitária – um estudo de caso para a Universidade de Brasília	(Evangelista, Almeida & Abreu, 2020)	Propõe indicadores para avaliação da gestão orçamentária universitária, com foco na Universidade de Brasília, o que pode ser adaptado para o contexto dos Institutos Federais.
4	Relação entre custos e variáveis de educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	(Goularte & Borgert, 2021)	Analisa a relação entre custos e variáveis de educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, o que pode fornecer insights sobre o impacto orçamentário da evasão.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

IV. Políticas Públicas e Institucionais:

Tabela 6 - Conjunto de Trabalhos sobre "Políticas Públicas e Institucionais".

Ord.	Título	Autor	Resumo
1	As Políticas Públicas E O Direito À Educação: Programa Nacional De Acesso Ao Ensino Técnico E Emprego Versus Plano Nacional De Educação	(Lima & Pacheco, 2017)	Compara o PRONATEC e o Plano Nacional de Educação, analisando suas concepções e objetivos.
2	A Lei de Cotas (12.711/12) está sendo efetiva, eficiente e eficaz? Uma análise seguida de proposta de avaliação a luz da Teoria da Administração Pública gerencialista	(Sadocco et al., 2021)	Analisa a Lei de Cotas e sua efetividade na inclusão social.
3	A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social	(Bezerra & Gurgel, 2012)	Analisa a política de cotas como instrumento de inclusão social nas universidades.

4	A Lei Nº 12.711, De 29 De Agosto De 2012, Como Política Pública Que Favorece A Busca Da Igualdade Material	(Melero *et al.*, 2012)	Discute a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, como política pública que favorece a busca da igualdade material.
5	Instituto Federal Do Sertão Pernambucano Campus Salgueiro Programa De Pós-Graduação Em Educação Profissional E Tecnológica	(Feitosa, 2020)	Analisa o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Sertão Pernambucano Campus Salgueiro, com foco nas políticas públicas e institucionais para a formação de professores.
6	Evasão Escolar: Um Estudo De Caso No Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Tocantins - Campus Porto Nacional	(Figueiredo, 2015)	Examina a evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Porto Nacional, com foco nas políticas e ações institucionais para o enfrentamento do problema.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

V. Educação Profissional e Tecnológica:

Tabela 7 - Conjunto de Trabalhos sobre "Educação Profissional e Tecnológica".

Ord.	Título	Autor	Resumo
1	La educación técnico profesional y las competencias para la ciudadanía. el caso de las comunas de la Provincia de Concepción, Chile	(Carrillo & Jurado, 2017)	Aborda as competências para a cidadania na educação profissional e tecnológica no Chile.
2	A evasão em cursos técnicos a distância	(Costa & Santos, 2017)	Discute os resultados de uma pesquisa sobre evasão em cursos técnicos a distância, com foco nos motivos relacionados à instituição de ensino.
3	Educação Profissional no Brasil – expansão para quem?	(Magalhães & Castioni, 2019)	Reflete sobre a expansão da Rede Federal de escolas técnicas e seus impactos na formação profissional dos brasileiros.
6	A evasão escolar dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFC Campus Concórdia: na perspectiva dos estudantes	(Sbardelotto, 2021)	Analisa os fatores que contribuem para a evasão escolar dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFC Campus Concórdia, a partir da perspectiva dos estudantes; bem como os índices de evasão escolar do Campus nos cursos técnicos integrados ao ensino médio; além de delinear o perfil dos jovens evadidos dos cursos de técnico integrado ao ensino médio do Campus.
7	Indicadores de gestão do ensino técnico federal e sua correlação com eficiência acadêmica: uma análise da relação entre o desempenho discente e os investimentos ocorridos com a política pública de expansão dos institutos	(Matsumoto et al., 2019)	Este artigo analisa a correlação entre a taxa de eficiência acadêmica dos concluintes e os indicadores de gestão estabelecidos pelo TCU para as instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPCT) na região Nordeste.

	federais da região Nordeste entre 2012 e 2016		
8	Uma Análise Histórica Dos Indicadores De Gestão Dos Institutos Federais De Educação, Ciência E Tecnologia	(Salim, 2020)	Este trabalho analisa o comportamento dos indicadores de gestão propostos pelo TCU para os Institutos Federais, em uma perspectiva histórica, buscando entender a evolução temporal e verificar se os indicadores estão correlacionados.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

VI. Fatores que influenciam a evasão:

Tabela 8 - Conjunto de Trabalhos sobre "Fatores que influenciam a Evasão".

Ord.	Título	Autor	Resumo
1	Processos por abandono intelectual e os efeitos da judicialização da evasão escolar: gênero, raça, classe social e as biopolíticas que produzem o fracasso escolar e as expulsões compulsórias	(Ratusniak, 2019)	Analisa os efeitos da judicialização da evasão escolar, considerando gênero, raça e classe social.
2	Evasão na educação superior: alunos cotistas e não cotistas na Universidade de Brasília	(Velloso & Cardoso, 2008)	Compara a evasão entre alunos cotistas e não cotistas na Universidade de Brasília.
3	Fatores De Evasão Escolar Nos Cursos Técnicos Integrados Ao Ensino Médio	(Rezende, 2022)	Investiga os fatores que determinam a evasão escolar em cursos técnicos integrados ao ensino médio no Brasil.
4	O estado da arte sobre evasão escolar nos institutos federais	(Araújo & Lima, 2021)	Este trabalho mapeia e analisa a produção científica brasileira sobre a evasão escolar nos Institutos Federais, identificando as principais lacunas e desafios no enfrentamento do problema.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

VII. Trabalhos que não se enquadram em nenhum grupo:

Tabela 9 - Conjunto de Trabalhos sobre "Trabalhos que não se enquadram em nenhum grupo".

Ord.	Título	Autor	Resumo
1	Efficiency evaluation of high schools in Goiás: a two stage analysis	(Oliveira *et al.*, 2017)	Avalia a eficiência das escolas públicas de ensino médio em Goiás, utilizando uma análise de dois estágios. Apesar de tratar de educação, o foco está na eficiência e não na evasão escolar.

2	Burocratas da linha de frente: executores e fazedores das políticas públicas	(Oliveira, 2012)	Discute a discricionariedade dos burocratas do baixo escalão na aplicação das políticas públicas, com foco na implementação, burocracia e organização. O trabalho aborda a atuação de burocratas na execução de políticas públicas em geral, e não especificamente as relacionadas à evasão escolar.
3	Metodologia qualitativa nas pesquisas em Educação: ensaio a partir dos estudos sobre Formação e Desenvolvimento Profissional Docente	(Cusati, Santos & Cusati, 2021)	Analisa a metodologia qualitativa utilizada em pesquisas em Educação, com foco na formação e desenvolvimento profissional docente. Este trabalho trata de aspectos metodológicos da pesquisa em educação, e não diretamente do tema da evasão escolar.
4	Os Órgãos De Controle E A Prestação De Contas Anuais Nos Institutos Federais De Educação, Ciência E Tecnologia Como Meio Para Melhoria Do Processo De Ensino-aprendizagem	(Melo & Rocha, 2020)	Aborda o papel dos órgãos de controle e a prestação de contas anuais nos Institutos Federais como forma de melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Embora relacionado à gestão dos Institutos Federais, o foco deste trabalho está no controle e na prestação de contas, e não na evasão escolar.
5	Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil	(Zanette, 2017)	Discute a pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil, com foco na utilização de entrevistas como instrumento de coleta de dados. Assim como o trabalho anterior, este também aborda aspectos metodológicos da pesquisa em educação, e não o tema da evasão escolar.
6	Revisão bibliográfica das pesquisas sobre evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	(Cunha & Filho, 2021)	Realiza uma revisão bibliográfica das pesquisas sobre evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, mapeando a produção científica e identificando as principais lacunas e desafios. Este trabalho é uma revisão bibliográfica sobre o tema da evasão, mas não se enquadra em nenhum dos grupos específicos definidos anteriormente.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

A análise dos trabalhos que não se enquadram nas categorias principais pode oferecer uma perspectiva complementar e valiosa sobre a evasão escolar no IFMT. Ao considerar diferentes fenômenos e desafios relacionados à educação, a pesquisa pode construir um arcabouço teórico mais robusto e propor soluções mais eficazes para o problema da evasão. A integração de diferentes perspectivas de análise permite a construção de um quadro mais abrangente sobre a evasão escolar, considerando não apenas os fatores diretamente ligados aos alunos, mas também o contexto institucional, a gestão das políticas públicas, a metodologia de pesquisa e a análise de dados.

A análise da eficiência das escolas, por exemplo, permite compreender como a gestão de recursos e as práticas pedagógicas impactam o desempenho dos alunos e, consequentemente, sua permanência na instituição. No estudo de Oliveira et al. (2017) a avaliação da eficiência de escolas públicas em Goiás demonstra a correlação entre maior eficiência e menores índices de evasão. Essa constatação sugere que a melhoria da gestão escolar e a adoção de práticas pedagógicas mais eficazes podem contribuir para a redução da evasão nos Institutos Federais.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a gestão de políticas públicas, que desempenha um papel fundamental no combate à evasão escolar. Oliveira (2012) analisa a atuação dos burocratas na implementação de políticas públicas e destaca a importância da sua discricionariedade para o sucesso dessas iniciativas. No contexto da educação, a forma como as políticas de acesso, permanência e sucesso estudantil são implementadas pelos gestores e demais agentes públicos pode influenciar a trajetória dos alunos nos Institutos Federais. A compreensão dos fatores que afetam a implementação das políticas públicas pode auxiliar na identificação de entraves e na proposição de medidas para superá-los.

A metodologia de pesquisa também merece atenção na investigação da evasão escolar. A escolha adequada de métodos e técnicas de pesquisa permite a coleta e análise de dados relevantes, contribuindo para a formulação de diagnósticos mais precisos e soluções mais eficazes. Cusati, Santos e Cusati, (2021) discute a importância da pesquisa qualitativa em educação e destaca o potencial das ferramentas qualitativas para a compreensão dos fatores que influenciam a evasão escolar. A utilização de métodos qualitativos, como entrevistas e grupos focais, permite capturar as percepções, experiências e significados atribuídos à evasão pelos próprios alunos, enriquecendo a análise do fenômeno.

Casado (2007) apresenta-se como uma ferramenta quantitativa útil para a avaliação da eficiência de instituições de ensino. No contexto da evasão escolar, essa ferramenta pode ser aplicada para comparar a eficiência de diferentes Institutos Federais na retenção de alunos, permitindo a identificação de boas práticas e a formulação de estratégias para a melhoria do desempenho institucional.

2.4.3. Pesquisa Documental

Para a Pesquisa Documental, durante o processo de buscas e analises foi necessário estabelecer categorias e para organizar os achados. Foram criadas as seguintes categorias de documentos: "Base Legal e Institucional", "Avaliação e Monitoramento", "Dados e Informações" e "Pesquisa e Diagnóstico". Essa segmentação facilita a compreensão da análise e contribui para a construção de um estudo mais completo e aprofundado sobre o tema.

As categorias levam em consideração os seguintes parâmetros:

I. **Base Legal e Institucional:**

- **Descrição:** Engloba leis, decretos, planos nacionais, resoluções e portarias que estabelecem o arcabouço legal e institucional para a educação profissional e tecnológica, as diretrizes e metas para o combate à evasão, e as ações institucionais para a permanência e êxito dos estudantes.
- **Relevância:** Fornece a base legal para a pesquisa, contextualizando o problema da evasão no âmbito das políticas públicas e das ações institucionais. Permite analisar a coerência entre as ações do IFMT e as diretrizes nacionais e institucionais, e identificar possíveis lacunas e contradições.

II. **Avaliação e Monitoramento:**

- **Descrição:** Reúne acórdãos do TCU, relatórios de avaliação da RFEPCT, boletins informativos e outros documentos que avaliam as ações de combate à evasão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo o IFMT.
- **Relevância:** Permite analisar o desempenho do IFMT no combate à evasão em comparação com outras instituições da Rede, identificar boas práticas e deficiências, e avaliar a efetividade das ações institucionais.

III. **Dados e Informações:**

- **Descrição:** Inclui relatórios de gestão, dados orçamentários, sistemas de informação (PNP, SISTEC) e outras fontes de dados que fornecem informações quantitativas e qualitativas sobre a evasão no IFMT, como taxas de evasão, retenção e conclusão, perfil dos estudantes evadidos, investimentos e gastos com ações de permanência e êxito.

- **Relevância:** Permite traçar um panorama da evasão no IFMT, quantificar o problema, identificar os fatores associados à evasão, e analisar o impacto financeiro do problema.

IV. **Pesquisa e Diagnóstico:**

- **Descrição:** Compreende estudos, pesquisas, diagnósticos e análises sobre a evasão na educação profissional e tecnológica, incluindo o IFMT, que fornecem informações relevantes sobre as causas, consequências e possíveis soluções para o problema.
- **Relevância:** Permite aprofundar a análise do problema da evasão, contextualizando-o em nível nacional e local, e fundamentar a proposição de soluções para a redução da evasão e a melhoria da gestão institucional.

A organização das informações em categorias funciona como um mapa que guia o pesquisador através do labirinto de dados e documentos. Essa organização permite, primeiramente, agrupar documentos com funções e relevância semelhantes, tornando a análise mais clara e sistemática. Imagine, por exemplo, a dificuldade de analisar um conjunto de documentos que misturasse leis, decretos, portarias, relatórios de pesquisa e dados estatísticos sem qualquer critério de organização. A categorização, nesse sentido, facilita a identificação das informações relevantes e a compreensão das diferentes dimensões do problema.

Além disso, a categorização evidencia as diferentes perspectivas de análise, como a legal, a institucional, a financeira, a pedagógica e a social. Ao analisar os documentos através dessas lentes específicas, o pesquisador pode revelar camadas de informação que poderiam passar despercebidas em uma análise superficial. A categoria "Base Legal e Institucional", por exemplo, permite verificar se as ações da instituição estão em consonância com as diretrizes nacionais e identificar possíveis lacunas na legislação que podem estar impactando as taxas de evasão. Já a categoria "Avaliação e Monitoramento" possibilita comparar as ações da instituição com as de outras instituições e identificar boas práticas no combate à evasão.

Outro ponto importante é que a organização por categorias facilita a identificação de relações entre os diferentes documentos e a forma como eles se complementam na análise. Por exemplo, ao analisar os dados estatísticos sobre o perfil dos estudantes evadidos

(categoria "Dados e Informações") em conjunto com o diagnóstico da evasão apresentado no Plano Estratégico Institucional de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes (categoria "Pesquisa e Diagnóstico"), o pesquisador pode identificar padrões e relações entre as características dos estudantes e os fatores que contribuem para a evasão.

Por fim, a utilização das categorias na análise contribui para a construção de uma argumentação mais sólida e consistente. Ao apresentar os documentos de forma organizada e categorizada, o pesquisador demonstra rigor metodológico e facilita a compreensão do leitor, tornando seus argumentos mais persuasivos. Em suma, a categorização dos documentos não se resume a uma mera organização da informação, mas constitui uma estratégia fundamental para aprofundar a análise, fortalecer a argumentação e construir um estudo mais rico e elucidativo sobre a evasão escolar.

Em resumo, a criação dessas categorias para a análise documental contribui para a construção de um estudo mais completo e aprofundado sobre a evasão escolar no IFMT, facilitando a compreensão do problema e a proposição de soluções eficazes.

A análise documental possibilita traçar um panorama da evasão na instituição, identificar as causas e consequências do problema, avaliar as políticas e ações de enfrentamento, e propor soluções para a redução da evasão e a melhoria da gestão institucional. Os documentos institucionais e legais desempenham um papel importante na análise da evasão escolar no IFMT, fornecendo o arcabouço legal e institucional para a pesquisa.

A Pesquisada Documental demonstrou os seguintes resultados:

I. **Base Legal e Institucional:**

1. A Lei nº 11.892/2008 e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) estabelecem as diretrizes e metas para a educação profissional e tecnológica no país, incluindo o combate à evasão.

2. O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT (PDI 2019-2023) define as metas, estratégias e ações da instituição para o enfrentamento da evasão e retenção escolar.

3. Resoluções do CONSUP/IFMT, como a Resolução nº 89/2022, e portarias internas, como a Portaria nº 2.322/2015, que instituiu a Comissão Permanente de Permanência e Êxito dos Estudantes, regulamentam as ações institucionais para o combate à evasão.

II. **Avaliação e Monitoramento:**

1. Acórdãos do TCU, como o Acórdão 506/2013, o Acórdão 612/2021 e o Acórdão 986/2024, avaliam as ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para o enfrentamento da evasão, identificando deficiências e recomendando melhorias.

2. Relatórios de Avaliação e de Recomendações da RFEPCT, elaborados pela CGU, como os de 2021, analisam o desempenho da Rede no combate à evasão, incluindo o IFMT, e apontam ações para aprimorar as políticas de permanência e êxito dos estudantes.

3. Boletins da RFEPCT, como o Boletim nº 32/2022, fornecem indicadores e informações sobre a evasão na Rede, contextualizando o problema e permitindo comparações entre as instituições.

III. **Dados e Informações:**

1. O Relatório de Gestão do IFMT e os dados orçamentários do Tesouro Gerencial, do SIAFI e do Portal da Transparência fornecem informações sobre os investimentos e os gastos com as ações de combate à evasão, permitindo analisar o impacto financeiro do problema.

2. A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) disponibilizam dados sobre matrículas, evasão, retenção e conclusão, permitindo traçar um panorama da evasão no IFMT e monitorar as ações institucionais.

IV. **Pesquisa e Diagnóstico:**

1. O "Relatório Preliminar do Estudo sobre Evasão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica", elaborado pelo CGEE, e as "Notas Estatísticas do Censo da Educação Superior 2020", do INEP, fornecem dados e informações relevantes sobre a evasão, contextualizando o problema em nível nacional e permitindo comparações com outras instituições.

2. A "Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica", elaborada pela SETEC, e o "Resumo Técnico da Educação Superior 2009", do INEP, fornecem indicadores e informações sobre a

evasão e outros aspectos da gestão das instituições, permitindo uma análise comparativa e histórica do problema.

3. O Plano Estratégico Institucional de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFMT (PEIAPEE - IFMT) apresenta o diagnóstico da evasão na instituição, as metas, estratégias e ações para o combate à evasão, e os mecanismos de monitoramento e avaliação, sendo um documento fundamental para a pesquisa.

Esses documentos, em conjunto, permitem uma análise abrangente da evasão escolar no contexto do IFMT, considerando as dimensões legal, institucional, financeira, pedagógica e social do problema. A análise documental possibilita traçar um panorama da evasão na instituição, identificar as causas e consequências do problema, avaliar as políticas e ações de enfrentamento, e propor soluções para a redução da evasão e a melhoria da gestão institucional.

Além dos Documentos a pesquisa também apontou para a Plataforma Nilo Peçanha (PNP). A Plataforma é um sistema online desenvolvido para coletar, validar e disseminar as estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). De acordo com a documentação oficial, a PNP foi criada em 2018 e é atualizada anualmente.

O sistema coleta informações sobre o corpo docente, discente, técnico-administrativo e os gastos das unidades da RFEPCT. Os dados são utilizados para calcular indicadores de gestão e monitorar o desempenho das instituições.

A Tabela 10 e a Tabela 11 evidenciam a persistência da evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) ao longo dos anos, com a média anual de evasão nos cursos superiores permanecendo próxima dos 40%.

A Tabela 10 ilustra a Eficiência Acadêmica no IFMT, no período de 2018 a 2023, com base nos dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Essa tabela demonstra que, apesar de alguns campi apresentarem variações significativas na Eficiência Acadêmica ao longo dos anos, a média anual permanece relativamente estável, evidenciando a pouca efetividade das ações institucionais para mitigar a evasão.

Tabela 10 - Eficiência Acadêmica no IFMT conforme PNP no período de 2018 a 2023.

Unidade	**Eficiência Acadêmica**						**Média**
	2018	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	
Campus Alta Floresta	71,51%	76,35%	70,90%	48,97%	64,88%	57,44%	65,01%
Campus Avançado Diamantino	57,89%	65,69%	53,49%	60,99%	56,12%	50,00%	57,36%
Campus Avançado Guarantã do Norte	—	60,94%	86,49%	54,76%	38,76%	73,47%	62,88%
Campus Avançado Lucas do Rio Verde	26,59%	60,32%	90,53%	66,67%	42,00%	53,47%	56,60%
Campus Avançado Sinop	28,16%	57,46%	43,99%	52,05%	51,39%	58,51%	48,59%
Campus Avançado Tangará da Serra	56,88%	51,42%	60,66%	61,00%	59,03%	59,32%	58,05%
Campus Barra do Garças	52,45%	47,33%	63,74%	59,90%	68,18%	73,95%	60,93%
Campus Cáceres	65,16%	43,92%	51,09%	43,77%	48,85%	39,16%	48,66%
Campus Campo Novo do Parecis	48,39%	39,26%	50,00%	42,58%	51,39%	48,31%	46,66%
Campus Confresa	58,03%	37,88%	34,84%	31,48%	21,34%	56,27%	39,97%
Campus Cuiabá	44,71%	47,60%	45,19%	61,90%	58,27%	55,25%	52,15%
Campus Cuiabá Bela Vista	50,42%	50,09%	50,23%	59,03%	33,80%	32,44%	46,00%
Campus Juína	69,30%	—	50,85%	55,58%	43,71%	44,06%	52,70%
Campus Pontes e Lacerda	54,27%	53,19%	51,68%	41,92%	44,56%	43,71%	48,22%
Campus Primavera do Leste	63,64%	57,00%	46,51%	53,68%	49,49%	43,49%	52,30%
Campus Rondonópolis	67,37%	53,21%	58,29%	40,91%	57,20%	56,45%	55,57%
Campus São Vicente	32,18%	36,22%	48,46%	41,16%	57,33%	46,48%	43,64%
Campus Sorriso	72,84%	42,20%	51,18%	54,88%	49,73%	44,15%	52,50%
Campus Várzea Grande	76,66%	77,99%	68,63%	63,57%	73,22%	64,29%	70,73%
Média por Ano	55,36%	53,23%	56,67%	52,36%	51,01%	52,64%	53,54%

Fonte: Elaborado pelo Autor.

A Tabela 11, por sua vez, apresenta o percentual de Evasão por Ciclo no IFMT, no mesmo período e com base nos mesmos dados da PNP. Essa tabela demonstra que a evasão nos cursos superiores do IFMT se mantém alta, com a média anual permanecendo próxima dos 40%.

Tabela 11 - Evasão Ciclo no IFMT conforme PNP no período de 2018 a 2023.

Unidade	**Evasão Ciclo %**						**Média**
	2018	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	
Campus Alta Floresta	28,49%	23,49%	27,78%	42,29%	28,67%	33,88%	30,77%
Campus Avançado Diamantino	42,11%	31,82%	45,45%	34,16%	39,45%	48,62%	40,27%
Campus Avançado Guarantã do Norte	—	37,88%	9,43%	42,22%	47,88%	25,11%	32,50%

Campus Avançado Lucas do Rio Verde	73,41%	39,06%	9,25%	30,39%	55,77%	42,34%	41,70%
Campus Avançado Sinop	71,84%	41,74%	53,97%	42,94%	46,67%	37,72%	49,15%
Campus Avançado Tangará da Serra	42,81%	47,90%	34,45%	38,24%	38,31%	39,78%	40,25%
Campus Barra do Garças	47,35%	46,52%	32,04%	38,89%	29,89%	23,31%	36,33%
Campus Cáceres	33,76%	53,04%	39,53%	51,23%	47,52%	56,65%	46,96%
Campus Campo Novo do Parecis	46,88%	51,09%	44,08%	42,61%	37,91%	45,12%	44,62%
Campus Confresa	39,20%	49,25%	52,75%	65,20%	61,80%	37,06%	50,88%
Campus Cuiabá	45,86%	41,17%	41,51%	19,18%	25,69%	32,07%	34,25%
Campus Cuiabá Bela Vista	41,82%	33,33%	39,07%	37,91%	39,53%	57,80%	41,58%
Campus Juína	29,21%	—	46,77%	40,04%	45,60%	51,96%	42,72%
Campus Pontes e Lacerda	44,03%	42,40%	44,36%	48,38%	52,64%	53,11%	47,49%
Campus Primavera do Leste	33,85%	37,87%	50,00%	36,74%	47,03%	51,06%	42,76%
Campus Rondonópolis	32,28%	46,44%	40,49%	57,52%	38,24%	36,99%	41,99%
Campus São Vicente	62,99%	53,64%	45,21%	49,49%	36,47%	46,17%	49,00%
Campus Sorriso	26,54%	43,58%	33,42%	28,61%	36,61%	50,68%	36,57%
Campus Várzea Grande	23,05%	21,24%	30,98%	34,34%	25,49%	33,83%	28,16%
Média por Ano	42,53%	41,19%	37,92%	41,07%	41,11%	42,28%	41,02%

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Os Acórdãos do TCU (506/2013, 612/2021 e 986/2024) reforçam essa crítica, apontando a necessidade de ações mais efetivas para combater a evasão no IFMT. O Acórdão 986/2024, por exemplo, revela taxas alarmantes de 41% nos cursos técnicos e 51% nos cursos superiores em 2022. Apesar da existência do PEIAPEE - IFMT (2017), as tabelas demonstram que suas ações não têm sido suficientes para reverter esse cenário.

Esses números alarmantes evidenciam a necessidade de ações urgentes para combater a evasão e garantir o acesso e a permanência dos estudantes. A Tabela 12 demonstra os tipos de curso com maio índice de evasão nos últimos anos e chama a atenção o fato da licenciatura, tipo de curso no qual a lei de criação dos institutos federais determina a oferta de pelo menos 20%, a evasão ciclo está em média 55,23%. Apesar dos números alarmantes, não identificamos ações especificas para os tipos de cursos no PEIAPEE - IFMT (2017).

Tabela 12 - Evasão Ciclo no IFMT por Tipo de Curso conforme PNP no período de 2018 a 2023.

Tipo de Curso	**Evasão Ciclo % por ano**						**Média**
	2018	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	
Bacharelado	50,91%	41,11%	46,14%	44,42%	38,83%	47,98%	44,90%

Ensino Fundamental I	—	—	—	—	—	—	—
Especialização (Lato Sensu)	47,54%	21,56%	29,43%	15,57%	22,38%	28,70%	27,53%
Licenciatura	60,87%	57,11%	51,66%	62,43%	46,48%	52,84%	55,23%
Mestrado	12,50%	15,00%	—	10,00%	8,57%	18,18%	12,85%
Mestrado Profissional	—	—	—	—	—	33,33%	33,33%
FIC - Concomitante	7,22%	33,84%	48,42%	—	—	25,78%	28,82%
FIC - Integrado	—	—	—	—	—	63,16%	63,16%
FIC - Não se aplica	63,67%	40,78%	27,32%	41,89%	32,04%	32,54%	39,71%
FIC - PROEJA - Concomitante	—	—	—	—	—	50,88%	50,88%
FIC - Subsequente	32,14%	31,40%	—	—	—	—	31,77%
Técnico - Concomitante	75,21%	61,22%	—	—	—	—	68,22%
Técnico - Integrado	35,48%	33,33%	34,22%	29,08%	31,94%	34,99%	33,17%
Técnico - PROEJA - Integrado	76,67%	72,07%	71,70%	84,62%	80,95%	14,29%	66,72%
Técnico - Subsequente	31,22%	60,05%	51,12%	47,73%	49,18%	35,08%	45,73%
Tecnologia	66,97%	56,10%	42,84%	32,51%	47,59%	51,69%	49,62%

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Isso demonstra a importância para o IFMT da adoção de medidas mais eficazes para reduzir a evasão escolar, incluindo o desenvolvimento de um plano de ação que contemple o diagnóstico das causas da evasão, a definição de metas e indicadores, e a implementação de medidas de acompanhamento e avaliação. A participação da comunidade acadêmica, especialmente dos gestores, é fundamental para o sucesso das ações de combate à evasão e para a garantia do acesso, da permanência e do sucesso dos estudantes nos cursos ofertados pelo IFMT.

CAPÍTULO III – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS

3. Interpretação dos Resultados e Elaboração de Propostas

Este capítulo tem como objetivo analisar detalhadamente os dados coletados durante o estudo empírico, interpretando-os à luz do referencial teórico previamente apresentado. Neste capítulo, busca-se entender as causas subjacentes à evasão escolar no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), considerando fatores institucionais, pedagógicos, sociais e econômicos. Além de explorar as tendências identificadas e os fatores de risco associados à evasão, o capítulo também avalia a eficácia das políticas e ações de retenção atualmente em vigor.

Com base na interpretação dos resultados, são propostas ações estratégicas que visam mitigar a evasão e melhorar a permanência dos alunos nos cursos ofertados pelo IFMT. As propostas incluem tanto ajustes nas políticas institucionais já existentes quanto a sugestão de novas abordagens, levando em consideração as especificidades regionais e os desafios financeiros enfrentados pela instituição. Dessa forma, este capítulo não apenas aprofunda a compreensão dos resultados da pesquisa, mas também oferece um conjunto de recomendações práticas para a gestão educacional do IFMT, com foco na sustentabilidade e na qualidade do ensino.

3.1. Discussão dos Resultados

A interpretação dos resultados obtidos na pesquisa realizada no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) evidencia a complexidade do problema da evasão escolar e seus impactos no orçamento institucional, bem como as ações de retenção implementadas. A pesquisa contou com uma análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados entre 2018 e 2023, proporcionando uma compreensão aprofundada dos fatores que influenciam a evasão e a efetividade das medidas adotadas para enfrentá-la. Essa análise segue uma abordagem integrada, considerando tanto os dados documentais quanto a literatura especializada.

Os dados quantitativos revelam que a média geral de evasão no IFMT se manteve elevada durante o período analisado, variando de 37,92% a 42,53% ao ano. Essa taxa é alarmante e demonstra a necessidade urgente de intervenção, corroborando os achados de diversos autores que apontam a evasão como um problema crítico na educação brasileira, como Lobo (2011) e Cyrillo (2020). A segmentação dos índices de evasão por campi mostrou diferenças significativas: enquanto o campus Cuiabá Bela Vista apresentou uma média

de evasão de 57,80%, o campus de Várzea Grande registrou uma taxa de 23,05%, o que indica que fatores regionais e socioeconômicos têm um papel relevante na dinâmica de permanência e sucesso dos alunos, como destacado por Oliveira (2016) e Pereira (2017).

A análise das tabelas de eficiência acadêmica e de evasão escolar revelou que os cursos de nível técnico e de formação inicial e continuada (FIC) apresentam índices mais altos de evasão, em comparação aos cursos de graduação. Os cursos técnicos integrados ao ensino médio, por exemplo, registraram uma média de evasão de 33,17%, destacando a vulnerabilidade desse segmento específico, que demanda estratégias de acompanhamento mais intensivas, como sugerido por Cyrillo (2020). Outros tipos de curso com regularidade de oferta nos anos de 2018 a 2023 que demonstram altas médias de evasão são: PROEJA – Integrado (66,72%), Licenciatura (55,23%), Tecnologia (49,62%), Técnico Subsequente (45,73%) e Bacharelado (44,9%).

O impacto financeiro da evasão também foi quantificado, mostrando que, para cada aluno que abandona o curso, o IFMT enfrenta perdas consideráveis de recursos federais, que incluem repasses relacionados à eficiência acadêmica e à conclusão de cursos. Considerando que 80% do orçamento do Institutos Federais é calculado em relação as matriculas totais e que o índice de evasão ciclo tem média total de 43,44% de perdas no últimos anos, isso equivale a uma perde que quase metade do orçamento em razão do elevado índice, comprometendo a capacidade de investimento da instituição em infraestrutura, qualificação docente e melhorias pedagógicas. Os dados orçamentários foram obtidos da Plataforma Nilo Peçanha, que fornece informações detalhadas sobre os impactos da evasão no planejamento e execução do orçamento do IFMT. A análise revelou uma relação direta entre a evasão e a redução de recursos, pois os repasses federais são baseados no número de alunos matriculados e concluintes. Isso evidencia a necessidade de políticas mais efetivas de retenção, para assegurar a sustentabilidade financeira da instituição, como destacado por Brandão (2018) e Oliveira (2017).

Entre os anos de 2018 a 2023 o gasto corrente por matricula passou de R$ 15.637,10 para R$ 20.742,07. No que diz respeito às causas da evasão, a análise documental e bibliométrica identificou fatores como falta de integração dos alunos na comunidade acadêmica, dificuldades econômicas e problemas de apoio pedagógico e psicológico. Esses fatores são comuns entre os estudantes de todos os níveis de ensino do IFMT, reforçando a necessidade de uma abordagem multifatorial para lidar com a evasão, como

proposto por Bean (1980) e Cabrera et al. (1992). A falta de infraestrutura adequada e de programas de suporte estudantil também contribui para a saída prematura dos alunos.

As políticas de permanência e êxito estudantil adotadas pelo IFMT, especialmente o Plano Estratégico Institucional de Ações de Permanência e Êxito (PEIAPEE), apesar de relativamente contextualizada, demonstram desarticulação de ações efetivas. A análise revelou que as ações de permanência são muitas vezes fragmentadas e desarticuladas entre os diferentes campi, o que limita seus resultados. A integração dessas políticas busca aumentar sua efetividade e alcançar uma redução consistente nas taxas de evasão.

A pesquisa também destacou a importância de um acompanhamento mais próximo e personalizado dos alunos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como defendido por Lobo (2011) e Charlot (2000). Programas de apoio financeiro, como bolsas de estudo e auxílio transporte, têm se mostrado eficazes na retenção, mas são insuficientes para atender toda a demanda. A ampliação desses programas é fundamental para melhorar os índices de permanência e sucesso escolar no IFMT.

Os resultados da análise apontam para a necessidade de reformulação curricular, principalmente nos cursos técnicos integrados, que possuem uma carga horária densa e pouco flexível. Essa característica curricular é um fator que contribui para a evasão, já que muitos alunos não conseguem conciliar o estudo com outras atividades, como o trabalho. Uma flexibilização do currículo, com maior ênfase em matérias profissionalizantes nos anos finais, pode ser uma estratégia eficaz para reduzir a evasão, como sugerido por Ratusniak (2019) e Carrillo e Jurado (2017).

O estudo bibliométrico revelou ainda que a maior parte das pesquisas sobre evasão escolar no Brasil se concentra nas causas socioeconômicas e pedagógicas, com pouca ênfase nas responsabilidades e ações dos gestores institucionais. Essa lacuna de pesquisa reforça a originalidade do presente estudo, que buscou analisar o papel dos gestores do IFMT no enfrentamento da evasão escolar e seu impacto financeiro. As políticas de retenção existentes foram avaliadas de forma crítica, com ênfase na necessidade de maior capacitação dos gestores e servidores para lidar com a evasão de maneira mais eficaz. A pesquisa sugere que o desenvolvimento de um programa de formação contínua para gestores poderia melhorar a implementação das ações de permanência e reduzir a evasão.

A formação de uma cultura organizacional voltada para a retenção também se mostrou aliado para o sucesso das políticas adotadas.

A evasão tem repercussões profundas não apenas no orçamento institucional, mas também na qualidade do ensino e na efetividade do IFMT. Os índices de evasão impactam negativamente a imagem da instituição, reduzindo a confiança da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. Portanto, a redução da evasão não é apenas uma questão financeira, mas também de melhoria contínua da qualidade acadêmica e do desenvolvimento regional, já que a formação de profissionais qualificados é essencial para o crescimento socioeconômico.

Os gestores do IFMT têm um papel essencial na implementação das ações de retenção e permanência. A pesquisa sugere que uma gestão mais proativa e integrada, com foco na análise de dados e na tomada de decisões baseadas em evidências, pode resultar em políticas mais eficazes e na redução das taxas de evasão. A utilização de sistemas de informação como o SISTEC e a Plataforma Nilo Peçanha é fundamental para um monitoramento mais preciso e para a identificação de tendências e fatores de risco.

Em termos de políticas públicas, os resultados da pesquisa reforçam a importância de um maior investimento governamental na educação profissional e tecnológica, com o objetivo de apoiar ações de permanência e sucesso. Isso inclui a necessidade de um aumento no financiamento para programas de assistência estudantil e para a melhoria da infraestrutura dos campi, o que pode contribuir significativamente para a redução da evasão.

A pesquisa conclui que a evasão escolar no IFMT é um problema complexo e multifatorial, que exige uma abordagem abrangente e integrada para sua solução. A análise quantitativa e qualitativa dos resultados fornece uma base sólida para o desenvolvimento de políticas mais eficazes, que contemplem tanto os aspectos acadêmicos quanto os financeiros da evasão. O IFMT precisa continuar investindo em estratégias de retenção, com ênfase na inclusão social, no suporte pedagógico e no fortalecimento da gestão institucional.

Portanto, a interpretação dos resultados aponta para a necessidade de uma política institucional mais abrangente e integrada, que considere os diferentes fatores que influenciam a evasão e que seja capaz de promover mudanças significativas no ambiente educacional do IFMT. Os dados coletados reforçam a urgência de ações mais

coordenadas, com maior participação dos gestores e uma utilização mais eficaz dos recursos disponíveis, para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes em todos os níveis de ensino ofertados pela instituição.

3.2. Elaboração de Propostas

Para fortalecer as propostas de permanência e êxito no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), é necessário considerar as causas de evasão identificadas ao longo do estudo e desenvolver ações que possam mitigar esses fatores de maneira eficaz e direcionada. A análise prévia apontou causas multifatoriais de evasão, incluindo aspectos socioeconômicos, dificuldades acadêmicas, falta de integração e problemas relacionados à infraestrutura. Assim, as propostas precisam ser abrangentes e adaptadas às diferentes modalidades de ensino, garantindo uma resposta efetiva às particularidades de cada contexto educacional.

Os cursos técnicos integrados, os cursos subsequentes e as licenciaturas, destacam a necessidade de atenção especial, tanto pelos seus altos índices de evasão quanto pela exigência legal na lei de criação dos IF`s. Nesses cursos, as causas mais comuns de evasão incluem a carga horária intensa, dificuldades de adaptação ao modelo de ensino e falta de apoio pedagógico contínuo. Além disso, os desafios financeiros, como a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar, também contribuem significativamente para o abandono dos estudos.

Dessa forma, a primeira recomendação é a implementação de um sistema de alerta precoce para identificar estudantes em risco de evasão logo nos primeiros sinais de dificuldade. Este sistema deve ser baseado em dados acadêmicos e socioeconômicos, com acompanhamento contínuo por professores e técnicos capacitados para realizar intervenções mais eficazes. A identificação precoce é busca prevenir a evasão, especialmente nos cursos técnicos integrados, onde muitos alunos têm dificuldades de adaptação às demandas do ensino médio concomitante à formação técnica. Nessa pesquisa, não identificamos ações de acompanhamento nesse nível.

Além disso, o fortalecimento dos programas de assistência estudantil é uma ação prioritária para mitigar as causas econômicas da evasão. Programas de bolsas de auxílio financeiro, alimentação subsidiada, transporte e moradia devem ser ampliados,

especialmente nos campi com maiores taxas de evasão e entre os estudantes de baixa renda. Essas medidas são fundamentais para reduzir as barreiras financeiras que impedem a continuidade dos estudos, garantindo uma permanência mais estável e equitativa. Atualmente o IFMT tem política de assistência estudantil com foco nos alunos em vulnerabilidade social, porem desarticulada das políticas de permanência e êxito da instituição.

No que se refere às dificuldades acadêmicas, é essencial implementar programas de apoio pedagógico contínuo, incluindo tutorias, monitorias e reforço escolar nas disciplinas com maiores índices de reprovação. Nos cursos de graduação, especialmente, é recomendada a introdução de programas de nivelamento para reduzir as lacunas de conhecimento que os alunos trazem do ensino médio, o que frequentemente contribui para o desinteresse e a evasão. Nesse ponto identificamos políticas de ensino que visam o desenvolvimento de ações, contudo, não há monitoramento ou acompanhamento da gestão para avaliação e efetividade dessas ações.

A integração dos estudantes na comunidade acadêmica também foi apontada como um fator crítico de permanência. As pesquisas sobre causas da evasão relacionam a falta de um ambiente acolhedor, a dificuldade de se adaptarem ao ritmo acadêmico e às novas relações sociais como fatores condicionantes da evasão escolar. Para enfrentar esse desafio, é recomendada a realização de atividades de acolhimento e integração no início de cada semestre, como semanas de boas-vindas, eventos culturais e esportivos, sessões de orientação sobre o ambiente institucional e as oportunidades disponíveis para os estudantes. A pesquisa não encontrou relatos do desenvolvimento de qualquer ação institucionalidade com esse foco no IFMT.

A infraestrutura também desempenha um papel significativo na evasão. Conforme as pesquisas sobre as causas da evasão, muitos alunos enfrentam dificuldades devido à falta de laboratórios adequados, materiais didáticos e recursos tecnológicos, o que impacta diretamente a qualidade do ensino e o interesse dos estudantes. Propostas de melhoria da infraestrutura devem ser parte integrante das políticas de permanência, garantindo que os campi estejam adequadamente equipados para atender às demandas dos cursos ofertados, especialmente nas áreas técnicas e científicas. A pesquisa aponta para uma queda significativa nos recursos para investimentos e manutenção no IFMT que são agravados pelo alto índice de evasão.

O envolvimento ativo da gestão institucional é um fator-chave para o sucesso das propostas de permanência e êxito. Os gestores devem assumir responsabilidades claras no acompanhamento das ações implementadas e nos resultados obtidos. Recomenda-se a inclusão de um capítulo obrigatório nos relatórios de gestão, detalhando as ações de combate à evasão e seus resultados, além de analisar o impacto financeiro da evasão no orçamento institucional. Isso garantirá maior transparência e responsabilidade na gestão dos recursos voltados à permanência. Na pesquisa documental as ações da gestão estão desarticuladas da Gestão, remetendo a responsabilidade a comissões locais de acompanhamento da permanência e êxito dos estudantes, contudo, essas não são acompanhadas ou demonstram ter qualquer articulação institucional.

Nos cursos subsequentes e de graduação, a proximidade com o mercado de trabalho pode ser uma estratégia eficaz para aumentar a motivação dos estudantes. Parcerias com empresas para programas de estágio, oficinas de capacitação profissional e visitas técnicas devem ser incentivadas, conectando a formação acadêmica às oportunidades de emprego. Essa estratégia ajuda a dar sentido prático aos estudos, aumentando o engajamento dos alunos e reduzindo as taxas de evasão.

A comunicação entre instituição e estudantes deve ser reforçada, criando canais diretos para o atendimento das demandas dos alunos e a resolução de problemas que possam levar à evasão. A utilização de ferramentas digitais, como aplicativos de comunicação interna e plataformas online de suporte, pode facilitar o diálogo e o acompanhamento das necessidades dos estudantes.

A proposta inclui também a criação de um programa de mentorias, onde estudantes mais avançados possam orientar os ingressantes, ajudando-os na adaptação ao ambiente acadêmico e ao modelo de ensino. Essa troca de experiências pode contribuir para uma melhor integração e para a redução da evasão, especialmente nos primeiros semestres, quando os índices de abandono são mais elevados.

O acompanhamento psicológico é outra medida fundamental para lidar com as causas da evasão, como problemas de saúde mental, estresse e pressão acadêmica. O aumento da oferta de serviços de apoio psicológico e orientação vocacional pode ajudar os alunos a lidarem melhor com as demandas acadêmicas e pessoais, promovendo um ambiente mais saudável e favorável ao sucesso escolar.

Para assegurar a sustentabilidade financeira das ações de permanência, é necessário realizar estudos periódicos sobre o custo-aluno e o impacto financeiro da evasão. Os gestores devem utilizar esses dados para ajustar os investimentos e priorizar as iniciativas que demonstrem maior eficácia na retenção de alunos. Isso inclui uma avaliação constante dos programas de assistência estudantil e a adaptação das estratégias de apoio conforme as necessidades dos estudantes.

Em relação à capacitação dos docentes, investir em formações que ampliem a utilização de metodologias ativas e inclusivas, promovendo uma maior participação dos alunos e um ambiente mais dinâmico de aprendizagem. A adoção de práticas pedagógicas mais interativas pode melhorar a retenção e o desempenho acadêmico, reduzindo os índices de evasão.

Por fim, a proposta inclui um sistema de avaliação contínuo das ações de permanência e êxito, que deve envolver todos os atores da comunidade acadêmica. A coleta de *feedbacks* regulares permitirá ajustes nas estratégias e garantirá que as ações estejam alinhadas às demandas emergentes dos alunos e às realidades locais dos campi. A utilização de painéis de controle para monitoramento em tempo real dos indicadores de desempenho também é recomendada, facilitando a tomada de decisões baseadas em dados.

Com essas medidas, é possível enfrentar as causas da evasão de forma mais direta e eficaz, promovendo uma cultura de permanência e sucesso no IFMT. A proposta demanda um esforço conjunto entre gestores, docentes, técnicos administrativos, estudantes e suas famílias, para garantir um ambiente educacional mais acolhedor, inclusivo e capaz de atender às diferentes realidades e necessidades dos alunos.

A implementação dessas propostas requer o engajamento de toda a comunidade acadêmica, além de investimentos em infraestrutura, pessoal e tecnologia. É fundamental que a gestão do IFMT assuma o combate à evasão como uma prioridade institucional, alocando recursos e esforços para a execução e monitoramento dessas ações. Além disso, é importante que haja uma articulação com as políticas públicas de educação em nível nacional, buscando apoio e recursos para o enfrentamento desse desafio.

Tabela 13 - Relação de propostas para os problemas identificados.

Problema	Proposta	Objetivo	Justificativa
Altas taxas de evasão escolar devido a dificuldades socioeconômicas	Ampliar programas de assistência estudantil, como bolsas, transporte, moradia e alimentação subsidiada.	Garantir condições financeiras básicas para que os alunos permaneçam nos cursos.	A assistência financeira reduz barreiras para alunos de baixa renda, um fator destacado por Nagai (2015) e Oliveira e Silva (2012).
Falta de identificação precoce de alunos em risco	Implementar sistema de alerta precoce baseado em dados acadêmicos e socioeconômicos.	Identificar e intervir antes que os alunos abandonem os estudos.	Bean (1980) e Cabrera et al. (1992) ressaltam a importância de intervenções rápidas para mitigar a evasão.
Dificuldades acadêmicas e lacunas de aprendizado	Oferecer tutorias, monitorias e reforço escolar nas disciplinas críticas; implementar programas de nivelamento.	Reduzir dificuldades acadêmicas e aumentar o desempenho dos alunos.	A carência de suporte acadêmico é um fator relevante na evasão, conforme apontado por Cyrillo (2020).
Problemas de integração e acolhimento de estudantes	Realizar atividades de acolhimento, como semanas de boas-vindas e eventos culturais.	Promover o sentimento de pertencimento e integração ao ambiente institucional.	Charlot (2000) destaca a relevância de ambientes acolhedores na retenção dos alunos.
Infraestrutura inadequada	Investir em laboratórios, materiais didáticos e recursos tecnológicos.	Oferecer condições de ensino adequadas e atrativas.	A falta de infraestrutura adequada é uma barreira significativa para a retenção de estudantes, como enfatizado por Oliveira e Silva (2012).
Gestão desarticulada e falta de monitoramento	Exigir relatórios de gestão com capítulos obrigatórios sobre ações de combate à evasão e resultados.	Garantir a transparência e a eficiência das ações institucionais.	Lobo (2011) evidencia que a gestão estruturada é essencial para evitar a evasão escolar.
Deficiências no acompanhamento das ações	Criar sistemas de avaliação contínua com monitoramento em tempo real e painéis de controle.	Acompanhar a execução e resultados das ações de forma dinâmica.	Ristoff (1999) sugere o uso de monitoramento contínuo como estratégia eficaz contra a evasão.
Metodologias de ensino pouco engajadoras	Capacitar docentes em metodologias ativas e inclusivas para tornar o ensino mais interativo.	Aumentar o engajamento dos alunos nas atividades pedagógicas.	Métodos ativos aumentam a retenção de alunos, conforme proposto por Oliveira e Silva (2012) e Nagai (2015).

Fonte: Elaborado pelo Autor.

CAPÍTULO IV – CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E FUTURAS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

4. Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação

A pesquisa sobre a evasão escolar no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) aborda de maneira ampla os fatores que levam ao abandono dos estudos, com foco em identificar os impactos orçamentários dessa evasão e compreender o papel dos gestores na formulação de políticas de retenção. Para alcançar esses objetivos, o estudo utilizou uma metodologia mista, combinando análises quantitativas e qualitativas. Foram utilizados dados secundários obtidos de plataformas institucionais como o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), e a Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Essa abordagem permitiu uma análise robusta das taxas de evasão, além de avaliar os impactos financeiros decorrentes das perdas de alunos e identificar os fatores que influenciam a permanência e o sucesso escolar.

Os dados foram analisados de maneira descritiva e inferencial, com foco na identificação de tendências ao longo do tempo e na comparação entre diferentes campi e modalidades de ensino. O estudo também utilizou uma análise documental das políticas de retenção em vigor no IFMT, buscando avaliar a eficácia dessas medidas na redução da evasão escolar. A metodologia permitiu não apenas mensurar a evasão em termos quantitativos, mas também explorar de forma mais profunda os fatores institucionais e acadêmicos que afetam a permanência dos alunos nos cursos.

A contribuição deste estudo para a área de gestão pública e educação profissional é significativa, pois oferece um diagnóstico detalhado das causas e consequências da evasão escolar em uma instituição de ensino técnico e tecnológico. A pesquisa reforça a importância de uma gestão mais integrada e baseada em dados, além de propor a ampliação e o aperfeiçoamento das políticas de apoio aos estudantes. Os resultados evidenciam a necessidade de estratégias mais personalizadas para a retenção de alunos, considerando as especificidades de cada campus e os desafios socioeconômicos enfrentados pela população estudantil. Dessa forma, o estudo oferece subsídios valiosos para a formulação de políticas mais eficazes de permanência escolar, tanto no IFMT quanto em outras instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Os resultados mais relevantes encontrados pelo estudo incluem a constatação de que as taxas de evasão variam significativamente entre os diferentes campi e modalidades de

ensino, sendo mais elevadas nos cursos técnicos integrados PROEJA, que apresentam uma carga horária mais densa e menos flexível. Essa carga horária foi identificada como um fator relevante de desistência, especialmente entre os alunos que precisam trabalhar para sustentar seus estudos. Outro achado importante foi a relação direta entre as condições socioeconômicas dos alunos e as taxas de evasão, indicando que os programas de apoio financeiro têm um impacto positivo, mas ainda insuficiente para garantir a permanência de todos os estudantes.

Além disso, a pesquisa revelou que a falta de flexibilidade curricular e a insuficiência de estratégias de suporte pedagógico e psicológico também contribuem para o abandono dos cursos. O estudo aponta que, embora existam políticas de assistência estudantil em vigor, elas precisam ser ampliadas e melhor monitoradas para atender de forma mais abrangente às necessidades dos alunos. Por fim, a análise destacou a importância de uma gestão mais proativa, que inclua o acompanhamento individualizado dos alunos em risco de evasão, além da necessidade de capacitação contínua de gestores e servidores para lidar de maneira mais eficaz com o fenômeno.

O estudo não apenas aprofunda o entendimento sobre a evasão escolar no contexto do IFMT, mas também oferece um modelo de análise que pode ser aplicado em outras instituições de ensino técnico e tecnológico, contribuindo para a melhoria das políticas públicas de educação e para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de gestão educacional.

O impacto da evasão é significativo, sobretudo no que se refere ao orçamento da instituição, que enfrenta desafios financeiros decorrentes da perda de alunos e dos custos de reposição de vagas. A evasão também afeta o planejamento financeiro e a eficiência da gestão, comprometendo a qualidade do ensino e o desenvolvimento socioeconômico regional, já que o IFMT desempenha um papel fundamental na formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho local. Assim, a pesquisa reforça a importância de estratégias que reduzam a evasão e melhorem a eficiência na utilização dos recursos públicos.

No entanto, a pesquisa apresenta algumas limitações, especialmente no que tange à ausência de coleta de dados diretamente com a comunidade acadêmica, o que impossibilitou uma análise mais profunda das percepções dos alunos, docentes e gestores sobre as causas da evasão. A falta de questionários ou entrevistas restringiu o alcance da

análise, limitando a compreensão dos fatores subjetivos que influenciam a decisão dos alunos de permanecer ou abandonar os estudos. Essa limitação, portanto, impede uma visão mais abrangente do fenômeno e destaca a necessidade de metodologias futuras que incluam a perspectiva dos principais atores envolvidos no processo educacional.

Outro aspecto que limita a generalização dos resultados é a variação nas taxas de evasão entre os diferentes campi do IFMT, o que sugere que o problema deve ser abordado de forma personalizada, adaptando as políticas de retenção às realidades locais. Essa diversidade de contextos dificulta a implementação de uma estratégia única para todos os campi, exigindo uma análise mais detalhada das especificidades de cada unidade. As falhas no monitoramento das políticas de permanência e a ausência de metas claras também são fatores que comprometem a eficácia das ações implementadas, dificultando a mensuração de resultados e o ajuste de estratégias ao longo do tempo.

Além disso, a pesquisa identifica que, embora programas de apoio financeiro, como bolsas de estudo e auxílio transporte, tenham impacto positivo na retenção de alunos, eles não são suficientes para atender à totalidade das necessidades. A ampliação dessas políticas se mostra fundamental para aumentar os índices de permanência e sucesso escolar. A análise reforça que uma gestão mais proativa, baseada em dados para o combate à evasão. A capacitação contínua de gestores e servidores é uma condição essencial para a implementação de políticas mais eficazes, promovendo uma cultura institucional voltada para a permanência e o sucesso dos estudantes.

Outro ponto crítico identificado é a estrutura curricular dos cursos técnicos integrados, que apresenta uma carga horária densa e pouco flexível, dificultando a permanência dos alunos, especialmente daqueles que precisam conciliar estudo e trabalho. A pesquisa aponta a necessidade de uma reformulação curricular que torne o percurso acadêmico mais acessível e menos excludente, favorecendo, assim, a continuidade dos estudos. A flexibilização curricular é vista como uma medida estratégica para a redução da evasão, uma vez que permitiria aos alunos adaptarem melhor seu tempo e recursos às demandas acadêmicas.

No que se refere a futuras linhas de investigação, é sugerido que novos estudos incluam métodos qualitativos, como entrevistas e grupos focais, para capturar de maneira mais detalhada as percepções e experiências dos alunos em relação à evasão. Estudos longitudinais, que acompanhem a trajetória dos alunos ao longo dos cursos, também são

recomendados, pois podem fornecer insights mais completos sobre os fatores que influenciam a desistência em diferentes etapas do percurso acadêmico. A inclusão de tecnologias digitais no acompanhamento dos alunos é outra vertente promissora a ser explorada, uma vez que pode melhorar a comunicação entre instituição e estudantes, facilitando o atendimento às demandas educacionais e emocionais.

A integração mais sólida entre o IFMT e o mercado de trabalho também se mostra como uma possível linha de pesquisa e ação futura. Parcerias com empresas para estágios, visitas técnicas e oficinas de capacitação podem aumentar a motivação dos alunos e contribuir para a redução da evasão. Além disso, a pesquisa sugere a necessidade de avaliações contínuas das ações de permanência, visando garantir a sustentabilidade das políticas de retenção e um uso mais eficiente dos recursos.

Fica claro que o suporte psicológico e social também deve ser considerado como um fator importante na retenção de alunos, indicando que estudos futuros devem avaliar o impacto de serviços de orientação psicológica e vocacional no sucesso acadêmico dos estudantes. A pesquisa ainda destaca a relevância do engajamento da comunidade acadêmica na implementação de políticas de permanência, sugerindo que uma maior participação de docentes, gestores e técnicos administrativos nas estratégias de retenção pode tornar as ações mais eficazes.

Por fim, a comparação das práticas de retenção do IFMT com outras instituições de ensino profissional e tecnológico é recomendada como uma estratégia para identificar boas práticas e soluções já testadas em contextos semelhantes. A implementação de sistemas de monitoramento contínuo dos indicadores de permanência também é fundamental para permitir ajustes mais rápidos nas políticas de retenção, promovendo uma gestão institucional mais dinâmica e eficaz. Assim, a pesquisa conclui que a luta contra a evasão escolar exige um esforço conjunto e contínuo, envolvendo gestores, docentes, alunos e a própria comunidade, na busca por soluções que garantam a qualidade e a sustentabilidade do ensino oferecido pelo IFMT.

Referências Bibliográficas

Almeida Neto, A. C., Ribeiro, N. M., Santana, D. H. J. (2010). Considerações sobre a gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica E Tecnológica – RFEPCT. In: CONNEPI, **Anais** [...]. Maceió-AL, Instituto Federal de Alagoas – IFAL. De http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/view/1164.

Alvarez, K. R. (2020). Permanência e Êxito escolar nos Institutos Federais. **Ensino em Foco**, [*s. l.*], v. 3, n. 6, p. 106–115.

Araújo, C. A. (2006). **Bibliometria:** evolução histórica e questões atuais. [*s. l.*]. De https://www.redalyc.org/pdf/4656/465645954002.pdf.

Araújo, V. A. C. (2020). **Análise de cursos de graduação à distância no IFMT**: proposta de permanência e redução da evasão. 2020. 138f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda.

Araújo, E. B., Lima, A. M. (2021). O estado da arte sobre evasão escolar nos institutos federais: uma contribuição para a construção de saberes e práticas. **Revista Labor**, v. 1, n. 26, p. 54–75.

Bardin, L. (2011). **Análise de conteúdo**. [*S. l.*]: Edições 70.

Barros, M. C. S. G., Albuquerque, S. A. S., Rita, L. P. S., Pinto, M. B. S. (2019). Indicadores de gestão do ensino técnico federal e sua correlação com eficiência acadêmica: uma análise da relação entre o desempenho discente e os investimentos ocorridos com a política pública de expansão dos institutos federais da região Nordeste entre 2012 e 2016. Navus. Florianópolis-SC, v. 9, n. 3, p. 7-19, 2019.

Bean, J. P. (1980). Dropouts and turnover: The synthesis and test of a causal model of student attrition. **Research in Higher Education**, v. 12, n. 2, p. 155–187.

Bezerra, T. O. C., GURGEL, C. R. M. (2012). A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social. **IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**, [*s. l.*], n. Ano XV – v. 27 n° 2/2012. De https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/12650.

Branco, U. V. C. (2020). Ensino superior público e privado na Paraíba nos últimos 15 anos: reflexões sobre o acesso, a permanência e a conclusão. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 01, p. 52-72.

Brandão, J. S. (2018). **O Impacto da Evasão e Retenção sobre o Financiamento de Universidades Federais Brasileiras**: um estudo a partir do indicador aluno equivalente. [*S. l.*]: Universidade Federal do Tocantins. De https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1079.

Brasil, TCU. (2013). **Acórdão 506 de 2013 Plenário**. [*S. l.*]: Tribunal de Contas da União, 2013. De https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A506%2520ANOACORDAO%253A2013%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0.

Brasil, TCU. (2021). **Acórdão 612 de 2021 Plenário**. [*S. l.: s. n.*], 2021. De https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A612%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0.

Brasil, TCU. (2024). **Acórdão 986 de 2024 Plenário**. De https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A986%2520ANOACORDAO%253A2024%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0.

Brasil. (2020). **Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - 2019**. [*S. l.*]: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). De https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/CADERNO_DE_INDICADORES_2020_TCU.pdf.

Brasil. (2011). **Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Períodos Letivos 2009 e 2010**. Secretaria De Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). De http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17982-setec-analise-indicadores-2009-2010&category_slug=agosto-2015-pdf&Itemid=30192.

Brasil. (2008). **Base Legislação da Presidência da República - Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. De https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11892&ano=2008&ato=421MzYU5UNRpWTc62.

Brasil. (2022). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas**. De https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf.

Brasil, IFMT. (2018). **Distribuição Geográfica dos Campi do IFMT**. Disponível em: https://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/os-campi-do-ifmt/.

Brasil. (2014). **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. De https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

Brasil, Setec. (2015). **Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC**. De https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/2015/1234-nota-informativa-n-138-2015-dpe-ddr-setec-mec.

Brasil, Setec. (2022). **Nota Técnica Conjunta No 17/2022/DDR/SETEC/SETEC**. De https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.gov.br/planejamento/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2021/gastos-diretos/rfepct-manifestacao-

mec.pdf&ved=2ahUKEwjUh9_pttWIAxW_ALkGHWoFMqMQFnoECAsQAQ&usg=AOvVaw1ZPKGdw4jlS9d2Yg8-zFpS.

Brasil, IFMT. (2019). **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT 2019/2023**. De https://ifmt.edu.br/media/filer_public/ab/27/ab27c704-e730-426b-a0a3-f8a8918b417f/atualizacao_do_pdi_2019-2023_ifmt.pdf.
BRASIL, IFMT. (2017). Plano Estratégico Institucional de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFMT. De https://ifmt.edu.br/media/filer_public/69/91/69911f45-ddb6-446d-9bd0-bc8d26a1061f/plano_de_permanencia_e_exito_dos_estudantes_do_ifmt.pdf.

Brasil. (2023). **PNP - Plataforma Nilo Peçanha**. De https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp/pnp-plataforma-nilo-pecanha.

Brasil, MEC. (2022). **Portaria Nº 646, de 25 de agosto de 2022**. Institui a Matriz de Distribuição Orçamentária, instrumento de distribuição anual do orçamento destinado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e ao Colégio Pedro II, que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Rede Federal de EPCT. De https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=122&data=21/09/2022&captchafield=firstAccess..

Brasil, CGU. (2021a). **Relatório de Avaliação - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2021/gastos-diretos/rfepct-relatorio-de-avaliacao.pdf. Acesso em: 8 abr. 2024.

Brasil, CGU. (2021b). **Relatório de Recomendações: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. De https://www.gov.br/planejamento/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2021/gastos-diretos/rfepct-relatorio-de-recomendacoes.pdf.

Brasil. (2010). **Resumo Técnico da Educação Superior 2009**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. De https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico_2009.pdf.

Brasil. (2021). **Resumo Técnico da Educação Superior**. Brasília, DF: Inep.

Brasil, Setec. (2020). **Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec)**. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-educacao-profissional/sistec.

Cabrera, A. F., Castaneda, M. B., Nora, A., Hengstler, D. (1992). The Convergence between Two Theories of College Persistence. **The Journal of Higher Education**, v. 63, n. 2, p. 143–164.

Carrillo, O., Jurado, P. (2017). La educación técnico profesional y las competencias para la ciudadanía. el caso de las comunas de la Provincia de Concepción, Chile. **Calidad en la educación**, n. 46, p. 133–164.

Casado, F. L. (2007). **Análise envoltória de dados**: conceitos, metodologia e estudo da arte na Educação Superior. v. 20, n. 01.

Charlot, B.(2000). **Da relação com o saber:** elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed.

Cyrillo, G. B. (2020). **O fenômeno da evasão/abandono de estudantes:** um estudo realizado em duas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte.

Coimbra, C. L., Silva, L. B., Costa, N. C. D. (2021). A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação em Revista.** v. 47.

Costa, R. P. S. (2022). **Gestão Orçamentária Pública**. De https://aberto.ava.ifrn.edu.br/pluginfile.php/6138/mod_label/intro/Gest%C3%A3o%20Or%C3%A7ament%C3%A1ria%20P%C3%BAblica.pdf?time=1655038656531.

Costa, R. L., Santos, J. C. (2017). A evasão em cursos técnicos a distância. **Educação em Revista.** v. 66.

Costa Filho, J. V., Costa, J. V., Gonçalves-Costa, L., Oliveira, A. S. (2021). n. 52 - Evasão do PROEJA: o caso do IFMT – Campus Cuiabá**. Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15.

Cunha, F. W., Lima Filho, A. M. (2021). Revisão bibliográfica das pesquisas sobre evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. **Revista Labor**, [S. l.], v. 2, n. 26, p. 56–68.

Cusati, I. C., Santos, N. E. P., Cusati, R. C. (2021). Metodologia qualitativa nas pesquisas em Educação: ensaio a partir dos estudos sobre Formação e Desenvolvimento Profissional Docente. **Conjecturas** v. 21, n. 7, p.335-351.

De Melo Goularte, M., Borgert, A. (2021). Relação entre custos e variáveis de educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. **Anais [...]** Congresso Brasileiro de Custos - ABC, Congresso virtual.

De Oliveira, J. L. C., Morais Neto, H. J., Alencar, J. C. C., Silva, J. R., Conceição, L. A., Mineu, H. F. S. (2022). Matriz Orçamentária da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: uma ferramenta de análise entre a relação aluno matriculado versus aluno contabilizado. **Revista Foco**, v. 15, n. 6, p. e573.

Evangelista, G. L. L., Almeida A. N., Abreu L. M. (2020). Indicadores de avaliação da gestão orçamentária universitária – um estudo de caso para a Universidade de Brasília. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, p. 689-718, jul./set.

Feitosa, M. S. (2020). Evasão escolar na Educação Profissional, Científica e Tecnológica: reflexões e possibilidades de enfrentamento. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal

de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE) / Campus Salgueiro, Salgueiro, PE, 2020.

Ferreira Menezes, M., Almeida, N. H. S., Sousa, S. F. S., Embiruçu, I. S. M. (2015). Matriz de distribuição do orçamento para a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: análise crítica e proposição de um novo modelo. De https://repositorio.altecasociacion.org/handle/20.500.13048/1342.

Ferreira, D. R., Valer, S. (2022). Relação entre processo de Ingresso e Evasão na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 165–180, 2022.

Figueiredo, N. G. S., Salles, D. M. R. (2017). Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio**: **aval. pol. públ. Educ**., Rio de Janeiro, v.25, n. 95, p. 356-392, abr./jun.

Figueiredo, K. N. R. W. A. (2015). **Evasão escolar:** um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Porto Nacional. 2015. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

Filho, P. S., Carvalho, M. A. (2019). Evasão escolar em cursos de educação profissional a distância: um levantamento de suas principais causas. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 7, p. 7735–7746.

Gil, A. C. (2008). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. eded. São Paulo: Atlas.

Godoy, A. S. (2006). Capítulo 4 – Estudo de Caso Qualitativo. In: **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**: Paradigmas, Estratégias e Métodos. Christiane Kleinübing Godoi, Rodrigo Bandeira de Mello, Anielson Barbosa Silva. (Org.) São Paulo: Saraiva.

González Catalán, F., Arismendi Vera, K. J. (2018). Deserción Estudiantil en la Educación Superior Técnico-Profesional: Explorando los factores que inciden en alumnos de primer año. **Revista de la Educación Superior**, v. 47, n. 188, p. 109–137.

Junior, J. O. B. N. (2022). Núcleo do Conhecimento. **Gestão educacional e evasão escolar**: a visão dos gestores escolares nas escolas da microrregião de Irecê. De https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/gestao-educacional.

Kampff, A. J.C., Petrarca Teixeira, R. C., Mentges, M. J. (2018). **Gestão da Permanência no Ensino Superior:** fatores de evasão e estratégias de permanência presentes nas pesquisas brasileiras.

Lima, M., Pacheco, Z. S. T. A. (2017). As Políticas Públicas e o direito à educação: Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico E Emprego Versus Plano Nacional De Educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.489-504, abr.-jun.

Lobo, M. B. C. M. (2011). **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções.** Mogi das Cruzes: Instituto Lobo.

Lopes, R. L., Almeida, R. T. R. (2021). **10 Anos de Extensão na Rede Federal de Educação Profissional**. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia Editora.

Maia, G. L. (2018). Indicadores de Evasão e baixa procura nos cursos de licenciatura do IFFAr – Campus São Vicente do Sul: rearticulações na gestão. 2018. 264 p. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS.

Magalhães, G. L., Castioni, R. (2019). Educação Profissional no Brasil – expansão para quem? **Ensaio:** Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 27, n. 105, p. 732–754.

Martins, A. D., Gasparetto, V., Lavarda, C. E. F. (2022). Avanço no custeio educacional: uma proposta de apuração de custos em uma instituição federal de educação. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, [*s. l.*], v. 8, n. 2, p. 6–23.

Martins, A. D., Lavarda, C. F. (2020). Orçamento e indicadores de desempenho em uma instituição federal de educação. **Enfoque:** Reflexão Contábil, v. 43, n. 2, p. 93–110, 2024.

Melo, A. F., Rocha, G. S. (2020). Os órgãos de controle e a prestação de contas anuais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como meio para melhoria do processo de ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** [S. l.], v. 2, n. 19, p. e9676.

Melero, C., Martins, C. B., Rossi, E. Junkes, D. (2018). A LEI Nº 12.711, de 29 de agosto, como política pública que favorece a busca da igualdade material. **Revista de Ciências da Administração**, v. 1, n. 2, p. 130–142.

Moraes, G. H. *et al.* (2020). **Plataforma Nilo Peçanha Guia de referência metodológica – PNP 2020**. [*S. l.*]: Evobiz.

Nascimento Júnior, J. O. B., Helfenstein, L. A. (2022). Gestão educacional e evasão escolar: a visão dos gestores escolares nas escolas da microrregião de Irecê. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano. 07, Ed. 09, Vol. 02, pp. 98-114. ISSN: 2448-0959, De https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/gestao-educacional

Nagai, N. P. (2015). A Evasão Universitária: uma análise além dos números. **Congresso de Administração do Sul de Mato Grosso**, [*s. l.*], n. 3.

Nobre, J. K. J. (2020). A cultura informacional na gestão escolar: um estudo com foco no combate à evasão. [*s. l.*] UNESP. De http://hdl.handle.net/11449/202141.

Oliveira, G. R. *et al.* (2017). Avaliação de eficiência das escolas públicas de ensino médio em Goiás: uma análise de dois estágios. **Economia aplicada:** EA, [*s. l.*], v. 21, n. 2, Economia aplicada: EA. - Ribeirão Preto: [FEA-RP, USP, Departamento de Economia], ISSN 1413-8050, ZDB-ID 2013461-7. - Vol. 21.2017, 2, p. 163-183.

Oliveira, V. S., Silva, R. F. (2012). Ser Bacharel e Professor: dilemas na formação de docentes para a educação profissional e ensino superior. **HOLOS**, [*s. l.*], v. 2, p. 193–205.

Parente, P. H. N., Maria, C. C., Dutra, R. S., Paulo, E. (2021). Eficiência e produtividade nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 13, n. 1.

Pereira, F. C. B. (2003). **Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as Instituições de Ensino Superior:** uma aplicação na universidade do extremo sul catarinense. 173 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. De https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86403.

Pereira, T. I., Reis, K. C. (2020). Estudo da evasão universitária em contextos emergentes: desafios à permanência estudantil. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 33, n. 1, p. 209–225.

Ramos Neto, J. O. (2019). A evasão escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise dos planos estratégicos de permanência e êxito. **Educação em Revista**, Marília, SP, v. 20, n. 2, p. 7–24.

Ratusniak, C. (2019). **Processos por abandono intelectual e os efeitos da judicialização da evasão escolar:** gênero, raça, classe social e as biopolíticas que produzem o fracasso escolar e as expulsões compulsórias. De https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/64371.

Rezende, S. E. F. (2022). Fatores de Evasão escolar nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. 2022. 128p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal Goiano, Campus Ceres.

Ribeiro, Marcelo Afonso (2005). O projeto profissional familiar como determinante da evasão universitária: um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 6, n. 2, p. 55–70.

Ristoff, D. I. (1999). **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior**. [*S. l.*]: Insular.

Sadocco, R. R. S. *et al.* (2021). Lei de Cotas (12.711/12) está sendo efetiva, eficiente e eficaz? Uma análise seguida de proposta de avaliação a luz da Teoria da Administração Pública gerencialista. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e51410112078.

Salim, F. (2020). **Uma análise histórica dos indicadores de gestão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13158.

Santos Baggi, C. A., Lopes, D. A. (2011). Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica**. Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 16, n. 2, p. 355-374.

Silva, G. P. (2013). Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, [*s. l.*], v. 18, p. 311–333.

Silva, F. C. (2017). **Gestão da Evasão na EAD:** modelo estatístico preditivo para os cursos de graduação a distância da **Universidade Federal de Santa Catarina**. [*S. l.*]: Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179913. Acesso em: 8 abr. 2024.

Silva, P. F. (2024). Permanência e Evasão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: um debate necessário. **Educação em Revista**. V. 40.

Silva, T. H. C. (2021). **Monitoramento da Evasão Escolar nos cursos Técnicos Integrados ao nível médio no IFMT – Campus Alta Floresta**, 2021. 130f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda.

Silva Filho, R. L., Motejunas, P. R., Hipólito, O., Lobo, M. B. C. M. (2007). A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, [*s. l.*], v. 37, n. 132, p. 641–659.

Silvestro, A. R., Souza, A. J. P., Rosa, D. S., Batista, J. D. M. Cavalcante, J. A. A. (2021). Evasão escolar dos cursos superiores das instituições públicas da região do Araguaia/ School dropouts in higher education courses at public institutions in the Araguaia region. Brazilian Journal of Development, [S. l.], v. 7, n. 7, p. 69685–69691.

Silva Filho, R. L. L. *et al.* (2007). A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641–659.

Spady, W. G. (1970). Dropouts from higher education: An interdisciplinary review and synthesis. **Interchange**, v. 1, n. 1, p. 64–85.

Tavares, V. S., Passone, E. F. (2023). Evasão em cursos de graduação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma revisão bibliográfica. **EccoS – Revista Científica**, n. 66, p. 1–19.

Tinto, V. (1975). Dropout from Higher Education: A Theoretical Synthesis of Recent Research. **Review of Educational Research**, v. 45, n. 1, p. 89–125.

Tinto, V. (1993). **Leaving College: Rethinking the Causes and Cures of Student Attrition. Second Edition**. University of Chicago Press, 5801 South Ellis Avenue, Chicago, IL 60637. Disponível em: Acesso em: 21 set. 2024.

Tinto, V., Cullen, J. (1973). **Dropout in Higher Education:** A Review and Theoretical Synthesis of Recent Research. De https://eric.ed.gov/?id=ED078802.

Tinto, V. (1982). *Limits of Theory and Practice in Student Attrition*. The Journal of Higher Education, vol. 53.

Triviños, A. N. S. (2008). **Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas.

Velloso, J. (2000). Universidade na América Latina: rumos do financiamento. **Cadernos de Pesquisa**, [*s. l.*], p. 39–66.

Velloso, J., Cardoso, C. B. (2008). Evasão na Educação Superior: alunos cotistas e não cotistas na Universidade de Brasília. **Associação Nacional de Pós-Graduação e**

Pesquisa em Educação. De https://anped.org.br/biblioteca/evasao-na-educacao-superior-alunos-cotistas-e-naocotistas-na-universidade-de-brasilia/.

Veloso, T. C. M. A., Almeida, E. P. (2013). Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá – um processo de exclusão. **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, [S. l.], n. 13. De https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/564.

Zanette, M. S. (2017). Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 65, p. 149-166.